

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 077/2026
Data: 12/05/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MEGATERMINAL EM SANTOS: FIM DE RESTRIÇÕES NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 É APOIADO POR ENTIDADES	4
APS RETOMA LICITAÇÃO DA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO PARA 16 METROS NO CANAL DO PORTO DE SANTOS	5
PORTO DE SANTOS PREPARA MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
BALANÇA COMERCIAL DE ALAGOAS TEM DÉFICIT DE US\$ 118,1 MILHÕES EM 2026.....	7
REDE QUÂNTICA DO RECIFE OPERA 7 KM E MIRA 40 KM COM PORTO DIGITAL.....	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
ANTAQ PARTICIPA DA OTC 2026 PARA ACOMPANHAR TENDÊNCIAS E FORTALECER COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO SETOR OFFSHORE.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
RIO TAPAJÓS SE CONSOLIDA COMO IMPORTANTE EIXO LOGÍSTICO COM SUSTENTABILIDADE E RECORDES DE MOVIMENTAÇÃO	12
AVIAÇÃO NO NORDESTE CRESCE ACIMA DA MÉDIA NACIONAL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026.....	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA INÍCIO DAS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA AUTOPISTA FLUMINENSE COM INVESTIMENTO DE R\$ 10,18 BILHÕES	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – SUAPE RUMO AO FUTURO: SEGURANÇA COSTEIRA E A VANGUARDA DA ELETRIFICAÇÃO PORTUÁRIA	16
OPINIÃO – ARTIGOS - AMAZÔNIA: POTENCIAL DESPERDIÇADO TAMBÉM NO SETOR AÉREO.....	17
POLÍTICA – QUASE 60% TEMEM ‘AGRESSÃO ELEITORAL’	18
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	19
<i>Flávio e Ciro</i>	19
<i>Risco elevado</i>	19
POLÍTICA – CIRO GOMES DESCARTA DISPUTAR A PRESIDÊNCIA	20
POLÍTICA – MASTER: OPERAÇÃO PODE MELAR ALIANÇAS DO PP	21
POLÍTICA – OPOSIÇÃO ARTICULA PEC PELA ANISTIA.....	21
POLÍTICA – DÉBORA DO BATOM RECORRE CONTRA SUSPENSÃO	22
POLÍTICA – LULA LANÇA PROGRAMA CONTRA FACÇÕES.....	23
POLÍTICA – PRESIDENTE VETA LEI SOBRE ESTÁGIO: “É INCONSTITUCIONAL”.....	24
TRANSPORTES – RODOVIAS - BR-101/RJ TERÁ OBRAS DE R\$ 10 BILHÕES APÓS ASSINATURA DE ORDEM DE SERVIÇO	24
TRANSPORTES – PORTOS - PORTO DE SUAPE CONCENTRA MAIS DE R\$ 2 BILHÕES EM OBRAS	26
TRANSPORTES – PORTOS - PORTO DE SALVADOR RECEBE PRIMEIRO NAVIO PANAMAX NO CAIS COMERCIAL	27
TRANSPORTES – PORTOS - APS CELEBRA DECISÃO DO TCU SOBRE ÁREA DO PORTO DE SANTOS.....	27
TRANSPORTES – AVIAÇÃO - EMBRAER FECHA PRIMEIRO CONTRATO COM FORNECEDORA INDIANA DE PEÇAS	29
TRANSPORTES – AEROPORTOS - SALGADO FILHO SUPERA MOVIMENTO PRÉ-ENCHENTE DOIS ANOS APÓS DESASTRE	30
MINERAÇÃO - ANM ABRE CONSULTA SOBRE SIGILO E ACESSO A DADOS DA MINERAÇÃO	30
PETRÓLEO E GÁS - DIESEL CAI PELA 4ª VEZ EM 5 SEMANAS	32
PETRÓLEO E GÁS - MAIS DE 80% DO COMBUSTÍVEL IMPORTADO VÊM DA RÚSSIA	33
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS LUCRA R\$ 32,7 BILHÕES NO TRIMESTRE, MAS RESULTADO CAI 7,2%	34
ENERGIA – PARÂMETRO DE RISCO DO SISTEMA PREOCUPA.....	35
ENERGIA – ANEEL SUSPENDE UNIDADES GERADORAS EM MG	36
ENERGIA – LUZ PARA TODOS TERÁ NOVA EXPANSÃO EM ÁREAS.....	37
AGRONEGÓCIO - LULA SANCIONA LEI QUE DEFINE PERCENTUAL MÍNIMO DE CACAU NOS CHOCOLATES	38
INDÚSTRIA – PEQUENA INDÚSTRIA TEM PIOR DESEMPENHO DESDE A PANDEMIA, APONTA CNI	39
INDÚSTRIA – JUSTIÇA CONDENA VOLKSWAGEN A PAGAR R\$ 15 MILHÕES POR FRAUDE AMBIENTAL	40
BRASIL EXPORT - HIDROVIAS DO CONE SUL ESTARÃO NOS DEBATES DO MERCOSUL EXPORT.....	41
BRASIL EXPORT - PROGRMAÇÃO FÓRUM MERCOSUL EXPORT 2026	42
COMÉRCIO EXTERIOR - MERCOSUL-UE: SECEX APROVA LICENÇAS	42
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL ATINGE 50% DA COTA DE CARNE PARA A CHINA	43
COMUNICAÇÃO & MARKETING - NETWAVING E A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES PROFISSIONAIS MAIS GENUÍNAS	44
FINANÇAS – PREVISÃO DE INFLAÇÃO SOBE PARA 4,91%	45
FINANÇAS – DÓLAR FECHA A R\$ 4,89. IBOVESPA RECUA 1,19%	46



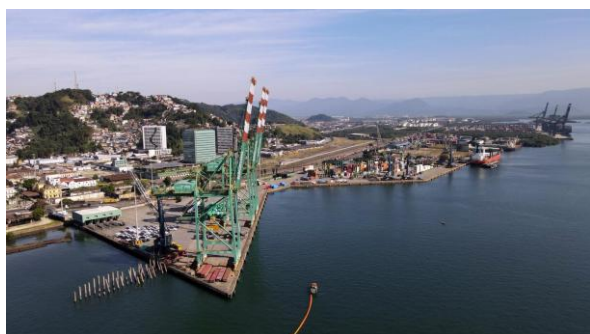
JUSTIÇA – NUNES SERÁ RELATOR DE REVISÃO CRIMINAL	47
JUSTIÇA - STF TEM MAIORIA CONTRA ANÁLISE DO INSS	48
INTERNACIONAL - PROPOSTA DE PAZ DO IRÃ É UM LIXO, DIZ TRUMP	48
INTERNACIONAL - DELCY DESCARTA ANEXAÇÃO DA VENEZUELA.....	49
INTERNACIONAL - ONU: LULA REAFIRMA APOIO A BACHELET	49
JORNAL O GLOBO – RJ.....	50
SENADO DOS EUA APROVA KEVIN WARSH PARA CONSELHO DO FED; CONFIRMAÇÃO COMO PRESIDENTE DEVE OCORRER NESTA SEMANA	50
CONTRASTE DA INFLAÇÃO DOS EUA E DO BRASIL MOSTRA ARTIFICIALISMO DOS PREÇOS DA GASOLINA BRASILEIRA	50
FRENTES PARLAMENTARES E SETOR PRODUTIVO PEDEM APROVAÇÃO URGENTE DE PROGRAMA DE DATA CENTERS NO SENADO	51
PETROBRAS E GOVERNO PREPARAM PROGRAMA PARA AMENIZAR ALTA DA GASOLINA, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL.....	52
FIM DA ESCALA 6X1: MINISTRO DA FAZENDA VAI HOJE A AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DA CÂMARA QUE DISCUTE PEC	54
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	55
OFERTA DE AÇÕES DA COPASA PODE FICAR PARA JUNHO POR ENTRAVES NO TCE E DECISÃO DO STF	55
BNDES TEM AJUDADO A EVITAR RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS ESTRATÉGICAS, DIZ MERCADANTE.....	56
VALOR ECONÔMICO (SP).....	58
PETRÓLEO FECHA ACIMA DE US\$ 102 COM IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES EUA-IRÃ	58
NORDESTE EM EXPANSÃO: PERNAMBUCO SE CONSOLIDA COMO POLO ESTRATÉGICO PARA INVESTIMENTOS	59
REFORMA TRIBUTÁRIA VAI MUDAR COMPETIÇÃO ENTRE ESTADOS.....	60
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	60
MARINHA AUTORIZA AUMENTO DE CALADO NO ARCO LAMOSO, NA FOZ DO AMAZONAS	60
DECISÃO SOBRE CONTRATO TRANSITÓRIO FORTALECE ESTABILIDADE REGULATÓRIA, DIZ POMINI.....	61
MARINHA FAZ MONITORAMENTO RADIOLÓGICO NA BAÍA DE GUANABARA DURANTE VISITA DO PORTA-AVIÕES DOS EUA ...	62
REGULAMENTAÇÃO DO RENAVAL TEM PONTOS DE ATENÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS	63
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	65
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	65



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MEGATERMINAL EM SANTOS: FIM DE RESTRIÇÕES NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 É APOIADO POR ENTIDADES

Mudanças sugeridas pela Casa Civil são bem recebidas por lideranças do setor portuário
Por Ted Sartori 12 de maio de 2026 às 07:00



Em manifestação, Casa Civil da Presidência da República defendeu que leilão do futuro Tecon Santos 10, localizado no cais do Saboó, não conte com restrições para empresas (Alexander Ferraz/Arquivo AT)

O posicionamento da Casa Civil da Presidência da República envolvendo a licitação do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no Porto de Santos, foi bem recebido por entidades do setor consultadas por A

Tribuna.

Além de pedir rapidez ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a pasta sugeriu, em nota técnica, deixar de lado as restrições previstas até aqui para o leilão. Isso permitiria que os atuais operadores no Porto de Santos possam participar do pregão já na primeira fase.

No documento assinado pelo secretário adjunto de Infraestrutura Econômica, Adailton Cardoso Dias, a Casa Civil também sugeriu que o valor de outorga do leilão na área do cais do Saboó (STS10) dobre, saltando dos atuais R\$ 500 milhões para pouco mais de R\$ 1 bilhão. Entusiasmo O diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Eduardo Heron, não escondeu o entusiasmo levando em conta aspectos judiciais e econômicos.

“Vínhamos acompanhando essa discussão há bastante tempo e sabíamos que havia o potencial muito grande de judicialização, principalmente porque não havia argumentações técnicas e comprobatórias que justificassem a imposição dessa restrição. O Cecafé vem se posicionando na defesa da concorrência e não de concorrentes. Já se indica um aumento da outorga para R\$ 1 bilhão. Isso mostra que será um leilão muito disputado”, argumenta.

Heron entende que a pressão por celeridade tem que continuar, pois, na visão do Cecafé, não há mais justificativa para se adiar o leilão. “É urgente a necessidade de ter a oferta de capacidade de pátios e de berços no maior porto do Hemisfério Sul para que as cargas tenham condições de escoar seus volumes e, principalmente, evitando prejuízos que estamos acumulando, pelo menos, nos últimos dois, três anos. Em 2025, foram R\$ 66 milhões”, afirma.

“Também trabalharemos para que haja outros investimentos necessários de modo a aumentar a competitividade do Porto de Santos, como a terceira via de descida para a Baixada Santista, o aprofundamento do calado (do canal de acesso) e uma nova alça de acesso ao Porto”, emenda.

Danos e competências O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, lembra que o posicionamento apresentado pelo Governo é o que a entidade sempre defendeu. “Ressaltamos que qualquer atitude antecipada, no sentido de evitar participação de interessados, poderia causar um dano irreparável. Além disso, restringir a participação poderia causar até uma perda de receita para a União, pois menos entrantes estariam no certame”, afirma.

Barbosa observa que, na visão da ATP, qualquer possível concentração de mercado no Porto de Santos, caso ocorra, tem que ser corrigida pelos instrumentos que o governo brasileiro prevê: a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

“Até a manifestação do Cade vai ser posterior, se o mercado estiver sendo prejudicado por essa eventual concentração”, completa. “O Tecon Santos 10 vai aumentar em 50% a capacidade de movimentação de contêiner do Porto de Santos. É óbvio que aqueles que já estão instalados têm o maior interesse em participar, mesmo que isso signifique, posteriormente, um desinvestimento dos seus ativos”, explica.

Acessos terrestres ao megaterminal preocupam

O presidente da ATP, Murillo Barbosa, salienta que a acessibilidade terrestre é um ponto importantíssimo a ser considerado no Tecon Santos 10. “Nós sabemos que o Porto de Santos já tem algumas limitações de acesso terrestre. E, assim, aumentar a sua capacidade sem uma solução para isso, seja por rodovia, seja por ferrovia, isso pode, no futuro, causar um gargalo muito ruim para o Porto de Santos”.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, recorda que, embora o megaterminal demore algo em torno de três anos para estar em plena operação, é necessário cuidado com o tema justamente em razão dos acessos necessários. “O terminal tem que sair o mais rápido possível, mas há preocupação de que não haja um maior estrangulamento e, assim, o efeito ser contrário, o de ter os terminais, mas a carga não entrar nem sair”, afirma.

Silva deixa considerações futuras sobre o formato a ser adotado no leilão do Tecon Santos 10 para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e para o MPor. “A ABTP preza pela segurança jurídica. O que entendemos é que qualquer opinião que chegue de qualquer outro ministério ou de qualquer outra instância tem de ser avaliada, amadurecida e acatada por esses agentes. Eles é que têm, no nosso entendimento, a competência para versar sobre o tema”.

Saiba mais

O Tecon Santos 10 será o maior terminal de contêineres da América do Sul. Ele ocupará 621,9 mil metros quadrados, com capacidade para 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral. A expectativa é que ele amplie em 50% a capacidade de contêineres do complexo portuário. O contrato está previsto para 25 anos, com investimentos de R\$ 6,45 bilhões.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/05/2026

APS RETOMA LICITAÇÃO DA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO PARA 16 METROS NO CANAL DO PORTO DE SANTOS

TCU revoga suspensão de janeiro e homologação do contrato com empresa vencedora deve ocorrer este mês

Por Bárbara Farias 12 de maio de 2026 às 10:19



Dragagem é fundamental para garantir navegabilidade de embarcações que entram e saem do Porto de Santos (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) já retomou e poderá concluir, ainda neste mês, o processo licitatório para contratação da dragagem de aprofundamento do canal do porto santista para 16 metros. Em fase final, o certame estava suspenso desde janeiro por medida cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU), que revogou a decisão em sessão



plenária, na última semana.

Segundo apurado por A Tribuna, a homologação da empresa vencedora deverá ocorrer na próxima reunião do Conselho de Administração (Consad) da Autoridade Portuária, ainda este mês. A data da reunião não foi definida.

O certame foi paralisado no início do ano para análise da Corte de Contas após a Etesco Construções e Comércio, que lidera o Consórcio Santos Dragagem, ingressar representação no TCU questionando os critérios da Comissão de Licitações da APS após ser desclassificada.

Na época, o relator da matéria no TCU, ministro Bruno Dantas, havia concedido uma decisão cautelar suspendendo a licitação. Ele entendeu que havia indícios de irregularidade na desclassificação da Etesco e possível prejuízo aos recursos públicos, já que a empresa tinha apresentado a menor proposta, de R\$ 610 milhões — R\$ 10 milhões a menos do que a da segunda colocada, a Jan de Nul do Brasil Dragagem, que acabou vencendo o certame. A suspensão foi confirmada pelo plenário do tribunal.

A Tribuna teve acesso aos documentos do TCU referentes à matéria. No julgamento do mérito, o relator mudou parcialmente sua conclusão inicial. Dantas reconheceu que a APS errou ao desclassificar a Etesco apenas pela ausência inicial da planilha de custos e da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) — índice usado para calcular custos que não aparecem diretamente na execução física da obra, mas que compõem o preço final apresentado pela empresa —, considerando essa motivação excessivamente formalista. Porém, reformou sua decisão porque uma das empresas da formação inicial deixou o consórcio.

O consórcio era formado pela Etesco, Neptune Brasil e Chec Dredging. A Neptune saiu e a participação da Etesco aumentou para 99%. Em seu voto, Dantas destacou que havia indícios de que equipamentos apresentados originalmente como disponíveis pertenciam justamente à Neptune, o que levantou dúvidas sobre se a proposta continuava viável nas mesmas condições apresentadas na disputa. Na avaliação do relator, era necessário comprovar que a proposta de menor preço fosse exequível, mas com a saída de uma das empresas, não havia garantias.

Por isso, o ministro concluiu que a Etesco não deveria ser reintegrada ao certame, sendo acompanhado pelo plenário do TCU.

APS

Procurada, a APS informou em nota que “está dando continuidade ao processo licitatório e aos procedimentos administrativos necessários à sua conclusão, observados os prazos e requisitos legais aplicáveis”, sem especificar quais são os próximos passos.

Quanto ao contrato, informou que a vigência será de cinco anos, contemplando “as etapas de licenciamento ambiental, elaboração dos projetos básico e executivo, execução da dragagem de aprofundamento do canal para 16 metros e dragagem de manutenção pelo período de dois anos”, entre outros serviços.

Concessão

A dragagem de aprofundamento do canal para 16 metros também consta como serviço obrigatório no modelo de concessão do canal de navegação do Porto de Santos. Sobre esse assunto, a administração portuária esclareceu que “os serviços de aprofundamento do canal não podem aguardar a conclusão desse processo, razão pela qual a APS seguirá adotando as medidas necessárias para viabilizar a execução das obras de aprofundamento para 16 metros”. Ainda de acordo com a APS, essa dragagem é considerada estratégica para “ampliação da capacidade operacional, aumento da competitividade e atendimento das demandas atuais e futuras do Porto de Santos. Ainda assim, as matrizes de risco dos respectivos projetos consideram os reflexos e interfaces entre ambas as iniciativas”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/05/2026

PORTO DE SANTOS PREPARA MODERNIZAÇÃO NO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES

Serviço é utilizado na atracação e desatracação de navios, coordenação de lanchas, vigilância e policiamento

Da A Tribuna.com.br 12 de maio de 2026



Edital prevê substituição de equipamentos convencionais de UHF e VHF por rádios digitais no Porto santista (Foto: Alexander Ferraz/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) está com um edital em andamento para contratar serviços de radiocomunicação. A vigência do compromisso é de três anos e as propostas podem ser enviadas até 1º de junho, quando serão abertas e escolhidas.

O atual vínculo termina em junho e não pode ser prorrogado porque já foi aditado pelo prazo máximo de cinco anos - foi assinado pela primeira vez em 2021.

A finalidade da contratação é a de assegurar a continuidade, a modernização e a sustentação do sistema de radiocomunicação atualmente em operação. Além disso, contempla o fornecimento de equipamentos e serviços necessários ao atendimento das áreas sob responsabilidade da APS.

A abrangência desse sistema inclui as áreas operacionais localizadas nos municípios de Santos e de Guarujá, bem como a Usina Hidrelétrica de Itatinga, situada em Bertioga – e toda a extensão da respectiva linha de transmissão, que interliga as três cidades citadas.

Atividades e modernização

Os terminais de radiocomunicação são empregados em atividades como as operações de atracação e desatracação de embarcações, a coordenação de lanchas responsáveis pelas travessias entre as margens do Porto, a vigilância e o policiamento realizados pela Guarda Portuária.

Também estão entre as atividades a fiscalização das operações, a comunicação entre os postos de manobra e as equipes responsáveis pela operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão, entre outros serviços de caráter essencial.

“Hoje o trabalho é feito com equipamentos convencionais de UHF e VHF. Esta nova contratação prevê rádios digitais, muito mais confiáveis, menos sujeitos a ruídos de comunicação, mais eficientes e modernos”, revelou, em nota, a APS.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/05/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

BALANÇA COMERCIAL DE ALAGOAS TEM DÉFICIT DE US\$ 118,1 MILHÕES EM 2026

Balança comercial do estado recuou no primeiro quadrimestre, com queda de 6,8% na corrente de comércio e avanço de 28,4% nas importações

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br

A balança comercial de Alagoas segue pressionada em 2026 e encerrou o primeiro quadrimestre do ano com corrente de comércio de US\$ 631,5 milhões, registrando queda de 6,8% frente ao mesmo período de 2025. No intervalo entre janeiro e abril, as importações cresceram 28,4%. Os dados são da

Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

Conforme o levantamento, Alagoas reduziu as exportações no comparativo com os quatro primeiros meses do ano passado. O estado exportou US\$ 256,7 milhões e importou US\$ 374,8 milhões entre janeiro e abril de 2026. Com isso, o saldo do quadrimestre ficou negativo em US\$ 118,1 milhões.



Exportações no primeiro quadrimestre se concentraram em açúcar e minério de cobre; dados apontam para déficit na balança comercial alagoana.
Foto: Ailton Cruz

Nos dados referentes apenas ao mês de abril, Alagoas registrou US\$ 78,8 milhões em produtos exportados, valor 40,3% maior que o do mesmo mês de 2025. As importações também avançaram, totalizando US\$ 91,8 milhões, alta de 37,5% no comparativo. O saldo negativo do mês ficou em US\$ 13 milhões, enquanto a corrente comercial alcançou US\$ 170,6 milhões.

Países da Ásia e da África foram os principais mercados dos produtos alagoanos no primeiro quadrimestre. Argélia e China responderam cada uma por 24% das exportações do estado, seguidas pela Geórgia, com 11,2%, Marrocos, com 8,3%, Estados Unidos, com 6,3%, Senegal, com 5%, e Portugal, com 4,9%.



A cota de 180 mil toneladas de açúcar será fornecida por produtores do Nordeste dentro do acordo UE-Mercosul.
Foto: Ascom Porto de Maceió

Açúcar e minério de cobre lideram pauta exportadora. Somente em abril, China e Estados Unidos foram os principais destinos dos produtos alagoanos, que se mantiveram concentrados em açúcares e melaços, responsáveis por 60,5% das exportações, e minério de cobre, que respondeu por 37,3%.

O estado também exportou tabaco, óleos e combustíveis, sucos de frutas e vegetais, além de produtos da indústria de transformação.

No acumulado de janeiro a abril, Alagoas foi o terceiro estado que mais exportou açúcares e melaços no país. São Paulo liderou, com US\$ 1,7 bilhão exportado no período, seguido por Minas Gerais, com US\$ 261,9 milhões.



O estado também figura entre os maiores exportadores de minério de cobre. No recorte do primeiro quadrimestre, Alagoas foi o quarto estado que mais exportou o produto, com US\$ 61,9 milhões. O Pará liderou, com US\$ 1,9 bilhão, seguido por Goiás, com US\$ 179 milhões, e Bahia, com US\$ 114,3 milhões.

Extraído em Craibas, Agreste de Alagoas, concentrado de minério de cobre tem reforçado exportações alagoanas com a China. Foto: Zóio Comunicação

Já as importações foram mais diversificadas, com predominância de adubos e fertilizantes, que responderam por 8,8% do total importado, além de gorduras e óleos vegetais, com 4,1%, polímero de etileno, com 3,5%, alumínio, com 2,4%, máquinas e aparelhos elétricos, entre outros produtos ligados à indústria de transformação.

Acordo UE-Mercosul pode ampliar pauta exportadora de AL

O início, mesmo que provisório da vigência do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul abre uma janela importante para que Alagoas amplie os produtos aptos a serem exportados e consolide a rota com o mercado europeu.

Segundo a avaliação do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), o acordo favorece que o estado amplie o envio de alimentos e bebidas, mel e frutas, além de produtos químicos, plásticos, borracha, couro e manufaturados.

A gerente do CIN, Dielze Mello, destaca que o planejamento e a estratégia são fundamentais para que as empresas locais consigam se beneficiar das novas regras, especialmente diante da maior competição interna com produtos europeus que chegarão ao mercado brasileiro com preços mais competitivos.

“O CIN avalia que o acordo com o Mercosul favorece que o estado exporte para a Europa, mas lembrando que as empresas precisam estar preparadas, pois a Europa exige padrões sanitários e ambientais altos e certificações”, alertou.

Balança comercial nacional teve desempenho positivo em abril

No mês de abril de 2026, na comparação com igual mês do ano anterior, as exportações brasileiras cresceram US\$ 1,28 bilhão, ou 16,1%, na agropecuária; US\$ 1,26 bilhão, ou 17,9%, na indústria extrativa; e US\$ 1,71 bilhão, ou 11,6%, nos produtos da indústria de transformação.

No acumulado do ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, as exportações cresceram US\$ 1,64 bilhão, ou 6,6%, na agropecuária; US\$ 5,32 bilhões, ou 22,2%, na indústria extrativa; e US\$ 2,76 bilhões, ou 4,8%, nos produtos da indústria de transformação.

Já nas importações, abril de 2026 registrou crescimento de US\$ 4,3 milhões, ou 0,4%, na indústria extrativa, e de US\$ 1,51 bilhão, ou 7,4%, nos produtos da indústria de transformação. Houve queda de US\$ 0,15 bilhão, ou 25,8%, na agropecuária.

No acumulado do ano, as importações cresceram US\$ 2,94 bilhões, ou 3,6%, nos produtos da indústria de transformação, enquanto houve queda de US\$ 0,49 bilhão, ou 21,4%, na agropecuária, e de US\$ 0,22 bilhão, ou 5,3%, na indústria extrativa.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/05/2026

REDE QUÂNTICA DO RECIFE OPERA 7 KM E MIRA 40 KM COM PORTO DIGITAL

Sistema desenvolvido por UFPE e UFRPE desde 2023 usa fibras ópticas inativas sob o asfalto da cidade para transmitir chaves criptográficas fisicamente invioláveis. Fase 2 da rede quântica prevê alcançar Porto Digital e UPE

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Rede quântica é tecnologia considerada estratégica para a proteção de sistemas de defesa e financeiros contra a próxima geração de ataques computacionais. Arte: IA/ME

Pernambuco é o único estado brasileiro com infraestrutura urbana de criptografia quântica em operação real, tecnologia considerada estratégica para a proteção de sistemas de defesa e financeiros contra a próxima geração de ataques computacionais. Pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) operam uma rede de comunicação quântica de 7 quilômetros sob o asfalto do Recife desde 2023, com meta de expansão para 40 quilômetros, segundo o

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que apoia a iniciativa.

O avanço de Pernambuco ocorre num cenário de corrida global por tecnologias quânticas. A China opera a maior rede quântica do mundo, com mais de 4.600 quilômetros, e a União Europeia destina 1 bilhão de euros ao seu programa de tecnologias quânticas no horizonte de dez anos.

O Brasil participa do ciclo como desenvolvedor, não apenas como consumidor, com o Recife posicionado como o único polo urbano nacional com rede quântica em operação real. O MCTI incluiu o tema no ciclo de webinars do Ano Internacional da Ciência e da Tecnologia Quântica, em 2025, com participação do professor Daniel Felinto como um dos especialistas convidados.

No plano nacional, o MCTI financia uma segunda iniciativa em desenvolvimento: a Rede Rio Quântica, que envolve o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a PUC-Rio e o Instituto Militar de Engenharia (IME), com cerca de R\$ 7 milhões investidos. A diferença em relação ao projeto pernambucano é o estágio: enquanto o Rio ainda desenvolve e testa seus protocolos em ambiente controlado, o Recife já opera sobre a infraestrutura urbana real da cidade, com resultados validados em publicação científica internacional.

Projeto de expansão da rede quântica

A Fase 2 prevê ampliar a rede para 40 quilômetros, incorporando o Porto Digital, o CESAR e a Universidade de Pernambuco (UPE) ao ecossistema quântico da Região Metropolitana do Recife. Não há prazo definido para a conclusão da etapa. O governo federal considera o domínio da tecnologia QKD proteção cibernética de nível estratégico para defesa nacional e sistemas financeiros, segmentos apontados como alvos prioritários na nova geração de ataques computacionais, incluindo os baseados em computação quântica.

A Rede Quântica Recife (RQR) foi construída sobre cabos de fibra óptica já instalados na malha urbana da cidade pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), mas inativos, as chamadas dark fibers. O Ponto de Presença da RNP em Pernambuco (PoP-PE) conectou os seis nós da rede: UFRPE, UFPE, o Instituto de Tecnologias Quânticas (Quanta), a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) e o Centro de Tecnologia e Geociências (CTG).

“O apoio do PoP-PE foi fundamental para executar o projeto”, afirma o time de pesquisadores do Quanta. A rede opera pelo sistema de Distribuição de Chaves Quânticas (QKD): qualquer tentativa de interceptação rompe instantaneamente a conexão, o sistema detecta o ataque e a mensagem torna-se ilegível. Não existe poder computacional capaz de contornar esse mecanismo, nem os futuros computadores quânticos, cuja capacidade de processamento ameaça tornar obsoletos os sistemas convencionais de criptografia em uso hoje por bancos, governos e forças armadas.



Mapa de pontos conectados da rede quântica entre UFPE e UFRPE. Arte: Ascom/MCTI

Próximo passo operacional

Antes da expansão para 40 km, o Instituto Quanta tem uma meta intermediária com prazo declarado: conectar à rede, até meados de 2026, uma memória atômica capaz de gerar sete fótons simultâneos para um computador quântico fotônico de 10 qubits. O equipamento será usado para simular a dinâmica de moléculas e executar algoritmos de aprendizado de máquina.

A integração entre a rede quântica e o computador quântico abre o que o próprio coordenador do projeto, professor Daniel Felinto, descreve como “todo um outro horizonte”: o processamento de informação quântica compartilhada em rede, estágio que vai além da distribuição de chaves criptográficas e aproxima o projeto da chamada internet quântica.

Resultados publicados

Os resultados foram publicados no Brazilian Journal of Physics em dezembro de 2025 e confirmaram que a proteção quântica se mantém íntegra mesmo nas condições reais de uma rede urbana, com as interferências e perdas típicas de uma metrópole. O experimento validou dois protocolos internacionais de distribuição quântica de chaves, BB84 e Ekert91, os padrões adotados pelas principais redes quânticas em operação no mundo.

O grupo integra pesquisadores do Departamento de Física e do Departamento de Eletrônica e Sistemas da UFPE, além de membros do Departamento de Física da UFRPE. O projeto foi iniciado em 2022 no âmbito de chamada conjunta Fapesp/MCTI/MCom/CGI.br, com aporte inicial de R\$ 2,5 milhões, e evoluiu para o Instituto Quanta, estrutura multidisciplinar que reúne especialistas de física, engenharia eletrônica, engenharia de produção e ciência da computação.

Financiamento e impacto regional

O projeto recebeu recursos do CNPq, da Capes, da Facepe, da Fapesp, do Office of Naval Research dos Estados Unidos e da Finep, que aprovou o Instituto Quanta como Centro Temático com aporte de R\$ 15 milhões. Em 2025, a iniciativa venceu o Prêmio Finep de Inovação na categoria Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento da Região Nordeste.

Toda a infraestrutura do Instituto Quanta será instalada no ParqueTec da UFPE, no Recife, com geração de empregos e conhecimento fixados na região. A aposta é que o polo quântico recifense se torne referência nacional em tecnologias aplicadas à defesa, indústria e segurança digital, segmentos em expansão acelerada no mercado global.

*Com informações do MCTI

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/05/2026



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ PARTICIPA DA OTC 2026 PARA ACOMPANHAR TENDÊNCIAS E FORTALECER COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO SETOR OFFSHORE



Evento realizado em Houston, nos Estados Unidos, reuniu líderes globais do setor e promoveu intercâmbio técnico sobre inovação, sustentabilidade e transformação digital

Brasília, 11/05/2026 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) participou, entre os dias 4 e 7 de maio, da Offshore Technology Conference (OTC) 2026 - realizada em Houston, nos Estados Unidos. Considerada a principal conferência mundial da indústria de petróleo e energia offshore, a

OTC reuniu especialistas, executivos, organizações internacionais e autoridades reguladoras para debater tendências, tecnologias inovadoras e soluções voltadas à sustentabilidade, à transformação digital e ao fortalecimento do setor energético global.

O diretor Wilson Lima Filho representou a Agência na conferência. A programação da edição de 2026 contou com mais de 370 apresentações técnicas e atividades de relacionamento institucional, além da exposição de soluções inovadoras voltadas ao desenvolvimento sustentável e à modernização da indústria energética offshore.

Nos anos de 2024 e 2025, a ANTAQ também participou do evento - oportunidade em que integrou agendas técnicas com visitas ao Porto de Houston e ao Terminal de Operações Offshore de Port Fourchon, do Grupo Edison Chouest.

Sobre a OTC

Realizada anualmente desde 1969, no NRG Park, em Houston, a Offshore Technology Conference consolidou-se como a maior e mais relevante conferência internacional voltada à indústria offshore. O evento é reconhecido pela excelência técnica de suas exposições, debates e apresentações sobre o mercado global de petróleo e energia.

Ao longo de quatro dias, a OTC reuniu líderes, engenheiros, pesquisadores e tomadores de decisão dos segmentos de petróleo e gás, energia eólica offshore, hidrogênio, captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS) e tecnologias digitais aplicadas ao setor energético. A conferência também se destacou como espaço estratégico para a construção de parcerias, disseminação de soluções tecnológicas e troca de experiências voltadas à sustentabilidade e à transformação da indústria offshore.

A participação da Agência na OTC 2026 permitiu o acompanhamento das principais tendências e inovações da indústria de energia offshore, especialmente no desenvolvimento de tecnologias avançadas, integração de energias renováveis e soluções sustentáveis. A iniciativa também contribuiu para a ampliação do relacionamento institucional e da cooperação com profissionais, organizações internacionais e órgãos reguladores, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos, experiências e práticas de governança aplicáveis ao aprimoramento regulatório e ao desenvolvimento sustentável do setor energético brasileiro.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 12/05/2026



O corredor hidroviário do Arco Norte atingiu marcos históricos no primeiro bimestre, movido pela eficiência do transporte fluvial e novos investimentos em infraestrutura

Rio Tapajós reafirmou posição estratégica para a economia brasileira no primeiro bimestre, registrando volumes recordes na movimentação de cargas e consolidando o transporte na região Amazônica. Atualmente, a movimentação é liderada por granéis sólidos - Foto: Divulgação



O Rio Tapajós reafirmou sua posição estratégica para a economia brasileira no primeiro bimestre deste ano, registrando volumes recordes na movimentação de cargas e consolidando o transporte na região Amazônica como a principal alternativa logística para o escoamento da produção nacional e garantia de abastecimento para o oeste do Pará.

Mesmo diante de um cenário de seca moderada, a resiliência das operações fluviais permitiu que o setor mantivesse o ritmo de crescimento, apontando a viabilidade de um sistema de transporte que já é realidade na região amazônica.

Dados do setor indicam que a Hidrovia do Rio Tapajós, em 2025, transportou 16,8 milhões de toneladas, um crescimento de 14,3% em relação a 2024.

Um dos grandes destaques do ano é a operação de alta eficiência, como o transporte de comboio de 36 barcaças, com capacidade de 110 mil toneladas, demonstrando o potencial de escala e a sustentabilidade ambiental do transporte hidroviário, quando comparado ao transporte rodoviário. O uso das hidrovias para o transporte de carga apresenta baixo índice de acidentes, menor custo do frete e menor emissão de gás carbônico na atmosfera.

Eficiência e diversidade

O transporte de cargas no Rio Tapajós não é uma novidade, mas sua sofisticação atingiu novos patamares. Atualmente, a movimentação é liderada por grãos sólidos, principalmente soja e milho, que chegam das regiões produtoras do Mato Grosso, pela BR-163, até às instalações portuárias em Miritituba, no município de Itaituba (PA).

De lá, as barcaças seguem pelo rio até os terminais portuários de Santarém e Barcarena, no Pará, de onde a produção é exportada para mercados internacionais.

Em 2025, o transporte de soja e milho representou 88,4% da movimentação na Hidrovia do Rio Tapajós. Houve também um crescimento de 40% na movimentação de petróleo e derivados, além do crescimento de 46,8% no transporte de adubos (fertilizantes) frente ao ano anterior.

No primeiro bimestre de 2026, apenas na Hidrovia do Rio Tapajós, já foram transportados 2,38 milhões de toneladas, com destaque para soja e milho, o que representou 86% do total de movimentação da hidrovia, além de adubo (fertilizantes) e grãos líquidos, com 6,3% e 7,4% de participação, respectivamente.

Com 41 empreendimentos, entre projetos, obras e operações em cidades como Itaituba, Santarém e Rurópolis, o Tapajós se transformou em um canteiro de desenvolvimento contínuo.

Benefícios da concessão

Os serviços ofertados com a concessão tornarão a infraestrutura aquaviária mais confiável, com serviços de dragagem, derrocamento, balizamento e sinalização náutica. Isso vai garantir segurança, confiabilidade e regularidade da navegação, com a adoção de medidas tecnológicas e de inteligência fluvial.

Por meio de um contrato de longo prazo, serão estabelecidas a gestão e a operação da via navegável, de forma transparente e efetiva, com aplicação de investimentos privados na melhoria da navegação e, principalmente, com um diálogo permanente e ativo com a sociedade.

O transporte por vias navegáveis emite 80% menos CO2 que o transporte pelas rodovias, consolidando-se como uma solução ecoeficiente. O investimento em tecnologias de monitoramento ambiental e a redução da dependência de caminhões contribuem para a preservação da Amazônia, ou seja, mantêm o compromisso do governo brasileiro com a sustentabilidade.

As concessões também garantem uma logística mais eficiente e barateiam o frete, o que pode refletir na redução de preços de produtos básicos que chegam pelo rio.

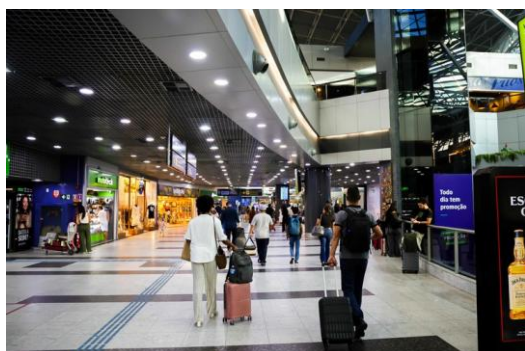
A concessão não apenas moderniza o transporte de grandes cargas, mas integra as cidades do Pará a um ciclo de prosperidade econômica, transformando o Rio Tapajós em um motor de desenvolvimento social e sustentável para toda a população local.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 12/05/2026

AVIAÇÃO NO NORDESTE CRESCE ACIMA DA MÉDIA NACIONAL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026

Região movimentou 5,8 milhões de passageiros em voos com origem nos aeroportos nordestinos durante a alta temporada de verão



Entre os terminais nordestinos com maior fluxo de passageiros, Recife (PE) liderou a movimentação com 1,38 milhão de passageiros no 1º trimestre - Foto: Vosmar Rosa

Os aeroportos do Nordeste movimentaram 5,8 milhões de passageiros no primeiro trimestre de 2026, considerando voos domésticos e internacionais com origem na região. O resultado representa crescimento de 12,86% em relação ao mesmo período do ano passado, acima da média nacional, que foi de 8,95%. Os dados são da Agência Nacional de

Aviação Civil (Anac), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Do total registrado no trimestre, 5,5 milhões de passageiros embarcaram em voos domésticos e outros 312,8 mil em voos internacionais.

O desempenho acompanha o fortalecimento da conectividade aérea na região e o aumento da procura pelo Nordeste durante a alta temporada de verão, período marcado por férias, Carnaval e intensa movimentação turística. Praias, turismo cultural, gastronomia e grandes eventos ajudaram a impulsionar o fluxo de viajantes nos aeroportos.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o resultado demonstra a força da aviação nordestina e o potencial da região para continuar ampliando sua conectividade. “O Nordeste vive um momento muito positivo na aviação, impulsionado pelo turismo, pela expansão da conectividade e pelo fortalecimento da economia regional. Quando ampliamos a infraestrutura e a oferta de voos, aproximamos pessoas, movimentamos o turismo e criamos oportunidades para toda a cadeia econômica ligada ao setor”, afirmou.

Crescimento em toda a região

Entre os terminais com maior fluxo de passageiros, Recife liderou a movimentação, com 1,38 milhão de passageiros no primeiro trimestre (crescimento de 10,45% frente ao mesmo período de 2025). Na sequência aparecem Salvador, com 1,13 milhão (alta de 11,69%), e Fortaleza, com 807 mil (+13,06%). Juntos, os três aeroportos concentraram mais da metade da movimentação aérea nordestina no período.

O levantamento também mostra o crescimento de destinos turísticos e polos regionais fora dos grandes hubs tradicionais. Maceió registrou 436,8 mil passageiros no trimestre (crescimento de 11,46%). Porto Seguro teve alta de 20,76% (400,8 mil), enquanto Natal avançou 14,34% (372,3 mil). João Pessoa registrou crescimento de 13,92% (262,6 mil) e São Luís teve uma das maiores altas entre as capitais da região: 21,40%, totalizando 224 mil viajantes.

Além das capitais, cidades estratégicas para o turismo regional e o desenvolvimento do interior também apresentaram crescimento expressivo. Aracaju teve alta de 6,88% (180,6 mil passageiros), Teresina cresceu 16,27% (151,2 mil) e Ilhéus registrou avanço de 14%, somando 104,9 mil viajantes.

Juazeiro do Norte teve crescimento de 19,8% (74,8 mil), enquanto Petrolina avançou 20,76% (70,8 mil embarques).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 12/05/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA INÍCIO DAS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA AUTOPISTA FLUMINENSE COM INVESTIMENTO DE R\$ 10,18 BILHÕES

Intervenções na BR-101/RJ vão ampliar capacidade viária, fortalecer o escoamento do setor petrolífero e beneficiar 13 municípios do estado do Rio de Janeiro



A BR-101/RJ é estratégica para o escoamento de petróleo, turismo e economia fluminense. Foto: Michel Corvello/MT....

O ministro dos Transportes, George Santoro, assinou, nesta segunda-feira (11), a ordem de serviço para o início das obras de melhorias da BR-101/RJ, no trecho conhecido como Autopista Fluminense. O contrato otimizado prevê investimentos de R\$ 10,18 bilhões para modernizar 322,1 quilômetros da rodovia, entre a divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e o entroncamento com a Ponte Presidente Costa e Silva, em Niterói (RJ).

As intervenções previstas nesta nova etapa da concessão vão ampliar a capacidade viária e melhorar o fluxo do tráfego em pontos considerados críticos ao longo da rodovia. O projeto também prevê a redução de custos logísticos e o fortalecimento da competitividade da indústria fluminense.

“Estamos destravando um gargalo em uma região onde vivem 4,5 milhões de pessoas e por onde circulam diariamente trabalhadores e cargas que movimentam o principal hub logístico, de petróleo e de energia do país”, afirmou George Santoro.

O contrato, com duração de 22 anos, inclui serviços essenciais para ampliar a fluidez da estrada e melhorar a mobilidade dos fluminenses, com novas passarelas, paradas de ônibus e um Ponto de Parada e Descanso para Caminhoneiros (PPD).



“O cidadão que entra na rodovia sabe que chegará ao destino com segurança. E é isso que queremos ampliar cada vez mais no estado do Rio de Janeiro e em todo o país”, completou o ministro dos Transportes.

Corredor estratégico

A BR-101/RJ desempenha papel estratégico para a integração econômica do estado do Rio de Janeiro. O corredor conecta a costa fluminense à Bacia de Campos, uma das principais regiões produtoras de petróleo do país, e concentra intenso fluxo de cargas e veículos leves.

No trecho administrado pela concessionária Arteris Fluminense, a rodovia liga importantes municípios para o setor de óleo e gás, como Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, além de conectar portos e empresas que sustentam parte relevante da produção nacional de petróleo.



Além da importância logística e industrial, a rodovia possui forte impacto sobre o turismo regional. O trecho é uma das principais portas de entrada para a Região dos Lagos, destino que reúne cidades como Búzios e Cabo Frio e movimentam a economia fluminense durante todo o ano.

“É mais um investimento que, ao lado do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), estamos viabilizando hoje para que, daqui a alguns meses, possamos voltar ao estado do Rio de Janeiro, junto à Arteris Fluminense, e acompanhar o avanço dessas intervenções previstas para os próximos anos”, ressaltou o diretor da ANTT, Alex Azevedo.

Política de otimização

A modernização do contrato da BR-101/RJ foi leiloada em novembro de 2025 como parte da nova política de otimização de contratos de concessão rodoviária do Governo do Brasil, coordenada pelo Ministério dos Transportes. A concessionária Arteris S.A., que administrava o trecho, venceu o certame e assumiu novas obrigações de investimento e ampliação da infraestrutura viária.

“Será uma transformação gigantesca para o Rio de Janeiro. O trabalho da Arteris será traduzido em mais segurança viária, redução de mortes e menos colisões frontais. Estamos muito felizes com essa liberação para começar essas atividades”, disse o diretor superintendente da Arteris Fluminense, Helvécio Tamm de Lima Filho.

O modelo integra a Política Pública de Outorgas instituída pela Portaria nº 848/2023, que estabelece novos parâmetros para os contratos de concessão rodoviária federal. A proposta prevê a antecipação de obras prioritárias, a padronização dos contratos e a vinculação dos reajustes tarifários à entrega efetiva dos serviços previstos.

As novas regras também simplificam processos e reforçam exigências técnicas e financeiras para garantir maior segurança jurídica e destravar investimentos em infraestrutura de transporte.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 12/05/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – SUAPE RUMO AO FUTURO: SEGURANÇA COSTEIRA E A VANGUARDA DA ELETRIFICAÇÃO PORTUÁRIA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, vive uma fase de obras que redefine sua capacidade operacional e seu perfil ambiental. Com investimentos que ultrapassam a marca de R\$ 2 bilhões, o porto concentra esforços em duas frentes distintas: a finalização da reforma do molhe de proteção e a montagem do novo terminal de contêineres da APM Terminals. Este conjunto de intervenções prepara o litoral pernambucano para receber navios maiores com segurança reforçada, ao mesmo tempo em que introduz tecnologias de emissão zero na movimentação de cargas.

A recuperação do molhe de proteção é o que garante a estabilidade de todo o porto, funcionando como uma barreira física contra a força das marés e das ondas. Sem essa estrutura íntegra, as manobras nos píeres seriam constantemente interrompidas por condições climáticas. A quarta e última etapa, atualmente em curso, foca em áreas de grande extensão que dependem de repasses do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com um aporte acumulado de R\$ 182,4 milhões apenas nesta defesa costeira, o cronograma prevê a entrega final para agosto de 2028, assegurando que o porto suporte o aumento do fluxo comercial planejado para a próxima década.

Em paralelo, a construção do novo terminal da APM Terminals entra em sua fase decisiva, com previsão para começar a operar no segundo semestre deste ano. O grande diferencial deste projeto é a escolha pela eletrificação integral, eliminando o uso de diesel na movimentação interna. Com

capacidade para processar 400 mil TEUs (contêineres de 20 pés) por ano, o terminal coloca o Brasil na vanguarda da descarbonização marítima. Esta mudança atrai empresas globais que buscam reduzir a pegada de carbono em suas cadeias logísticas, tornando o porto mais competitivo no cenário internacional.

No pátio e no cais, os equipamentos já estão em fase de testes operacionais. Os guindastes do tipo STS (Ship-to-Shore), responsáveis pelo carregamento dos navios, e os pórticos sobre pneus (e-RTGs), que organizam as pilhas de contêineres, funcionam exclusivamente com energia elétrica. O fluxo interno é completado por uma frota de 14 tratores e empilhadeiras pesadas (reach stackers) também movidos a bateria.

Ao unir a robustez de uma defesa costeira renovada com um sistema de transporte limpo e silencioso, Suape se transforma em um modelo de eficiência para o setor portuário da América Latina. O Brasil de 2026 vê em Suape a prova de que a infraestrutura pesada pode ser moderna, verde e extremamente competitiva, transformando o litoral pernambucano em um hub logístico de classe mundial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - AMAZÔNIA: POTENCIAL DESPERDIÇADO TAMBÉM NO SETOR AÉREO



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Augusto Cesar Barreto Rocha. Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinio@portalbenews.com.br

Falta de voos se resolve com regulamentação, regulamentação, aviões, aeroportos, aeródromos, pessoas e dinamismo econômico. Não escrevi errado: a regulamentação é mais importante que todo o resto, por mais que o todo seja necessário. Temos problemas em todas as dimensões no setor aéreo nacional e a distribuição é equânime, ou seja, temos duas vezes mais problemas com regulamentação do que com as demais questões.

Pessoas, empresários e tecnologias certamente estão também na equação, mas ficam plenamente representados nas demais dimensões, afinal aviões não operam sem pessoas, empresários ou tecnologias. Tal qual, não teremos aeroportos sem pessoas, empresários e tecnologias. A questão que me inquieta é que nossas pessoas não conseguem fazer a regulação apropriada do setor aéreo nacional. A quantidade de empresas aéreas que faliram ou foram incorporadas por outras por severos problemas financeiros é, antes de qualquer outra questão, um sintoma de um problema regulatório.

Há uma competição super saudável em qualquer setor da economia. Todavia, as empresas não podem ter uma competição tão acirrada que sejam levadas a operar com estrutura de preços de venda abaixo de seu custo, pois será destrutivo para o negócio. Uma empresa aérea é mais que um negócio, pois é um serviço fundamental para uma economia desenvolver. Em uma região isolada, tipicamente é mais que isso, pois se torna essencial e pode viabilizar ou inviabilizar a vida em uma região.

A falta de voos se resolve com regulamentação. A falta de infraestrutura se resolve com investimentos. A falta de um setor aéreo competitivo e dinâmico afeta profundamente a construção de uma economia pujante, por mais que tenhamos virtualizado muito de nossas vidas. Voar na Amazônia é muito caro. O PL 539/2024, que abre o setor para empresas estrangeiras, não terá o condão de melhorar a situação da região. O que teremos será um setor ainda mais desmantelado, pois não atua na causa dos problemas.

A análise é míope, pois os voos que sobrevoam a Amazônia não ofertarão assentos para conectar o interior com as capitais. Não haverá mais rotas de cargueiros por causa disto. O que teremos é potencial competição de empresas sujeitas a outro marco regulatório ou uma letra de lei que é apenas uma semente para criar outra base de subserviência da nossa economia nacional para empresas

estrangeiras, ao invés de decifrar por completo a causa de nossas empresas aéreas não superarem as barreiras que impedem uma operação rentável e competitiva.

A saída regulatória na Amazônia passa pela criação de um espaço com tarifas máximas reguladas e concessões de rotas rentáveis para empresas de pequeno e médio porte poderem operar regularmente e saudavelmente, conectando o interior profundo com as capitais. Para isso poderemos usar a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), os Governos dos Estados e aviões da Embraer, trazendo uma nova onda de companhias aéreas regionais. Este tipo de ação poderá mudar toda a dinâmica econômica da Amazônia.

Augusto Cesar Barreto Rocha é professor da Universidade Federal do Amazonas. Ele escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras.

VOAR NA AMAZÔNIA É MUITO CARO. O PL 539/2024, QUE ABRE O SETOR PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS, NÃO TERÁ O CONDÃO DE MELHORAR A SITUAÇÃO DA REGIÃO. O QUE TEREMOS SERÁ UM SETOR AINDA MAIS DESMANTELADO, POIS NÃO ATUA NA CAUSA DOS PROBLEMAS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/05/2026

POLÍTICA – QUASE 60% TEMEM ‘AGRESSÃO ELEITORAL’

Pesquisa Datafolha indica que 6 em cada 10 brasileiros têm medo da violência motivada por posição política

Do Estadão Conteúdo



Cenário de medo persiste assim como foi em 2022, quando vários casos de violência foram registrados, incluindo assassinatos

A poucos meses das eleições de 2026, seis em cada dez brasileiros afirmam ter medo de sofrer agressão física devido a suas posições políticas. Pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgada nesta segunda-feira, 11, aponta para a manutenção de um ambiente de tensão semelhante ao

observado na disputa presidencial de 2022.

Segundo o levantamento, 59,6% dos entrevistados disseram temer serem agredidos fisicamente pela escolha política ou partidária. Há quatro anos, o índice era de 68%. Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os números indicam uma acomodação em patamar elevado do medo da violência, considerando sua manutenção além do pleito “excepcionalmente tensionado” e “altamente polarizado” de 2022.

O contexto eleitoral de 2022 é descrito como “marcado por episódios de violência política, discursos de confronto e dúvidas lançadas sobre o próprio processo eleitoral”.

Segundo a pesquisa, 2,2% dos entrevistados relataram ter sofrido violência política nos últimos 12 meses, o que corresponde a cerca de 3,6 milhões de brasileiros.

Entre as mulheres, o medo da agressão com motivação política chega a 65%, enquanto entre os homens é de 53%. A preocupação também é maior entre pessoas das classes D e E (64,2%), acima da classe C (58,9%) e das classes A e B (54,9%).

A pesquisa aponta que esse tipo de medo também está relacionado à presença de facções criminosas e milícias. Entre os 41% dos entrevistados que afirmaram viver em bairros onde há presença de grupos ligados ao tráfico de drogas ou organizações paramilitares, 59,5% disseram evitar falar sobre política por medo de represálias.



De acordo com relatório do levantamento, os resultados indicam que a redução da violência letal, combate ao crime organizado e ao crime contra o patrimônio devem integrar as campanhas para o pleito no que diz respeito à segurança pública.

Golpe digital

O levantamento aponta, no entanto, que os percentuais mais elevados de medo estão relacionados à segurança pública: como medo de ser roubado à mão armada. O maior motivo apontado na pesquisa está relacionado a crimes cibernéticos, com 83,2% afirmando temer golpe digital.

A pesquisa “Medo do crime e eleições 2026: Os gatilhos da insegurança”, foi realizada por meio de entrevistas presenciais com 2.004 pessoas de 16 anos ou mais, em 137 municípios do País. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

FLÁVIO E CIRO

A estratégia de Flávio Bolsonaro para 2026 entrou em uma fase de alta sensibilidade, exigindo um equilíbrio fino entre a preservação de sua imagem como pré-candidato à Presidência e a manutenção da governabilidade no Congresso. O senador busca realizar uma “cirurgia política” para se afastar de Ciro Nogueira (PP-PI), cuja imagem foi seriamente comprometida pelas investigações envolvendo o Banco Master, sem implodir as pontes com o Centrão, o bloco que detém as chaves do tempo de TV e da capilaridade partidária no Brasil.

RISCO ELEVADO

O distanciamento de Ciro Nogueira representa um risco elevado, dado que o presidente do PP foi o principal articulador da entrada da família Bolsonaro no pragmatismo de Brasília. Para o eleitorado conservador, que ainda preza pela narrativa de combate à corrupção, a proximidade com um aliado sob investigação da Polícia Federal por repasses suspeitos é um flanco aberto difícil de defender. Por outro lado, o Centrão opera sob uma lógica de lealdade e proteção mútua; um descarte considerado “traíçoeiro” ou precipitado por parte de Flávio poderia gerar um efeito bumerangue, resultando em isolamento político dentro do bloco.

A narrativa

Para tentar mitigar os danos, a narrativa adotada pelo clã Bolsonaro tenta redirecionar a crise do Banco Master para o atual governo. Ao afirmar que as irregularidades seriam um problema inerente à gestão Lula — e que teriam apenas se originado em períodos anteriores —, Flávio busca desviar o foco da responsabilidade de seus aliados próximos.

Compra de mineradora sob investigação

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou, nesta segunda-feira (11), um procedimento administrativo para investigar a aquisição da mineradora brasileira Serra Verde Pesquisa e Mineração pela norte-americana USA Rare Earth (USAR). O negócio, avaliado em cerca de US\$ 2,8 bilhões, envolve a exploração de uma mina estratégica de terras raras em Minaçu, no norte de Goiás, e coloca sob análise a formação de uma gigante global com operações integradas em quatro países: Brasil, Estados Unidos, França e Reino Unido.

A fusão

O objetivo da investigação, tecnicamente denominada Apac (Ato de Concentração), é determinar se a fusão deveria ter sido previamente notificada ao órgão regulador para evitar a concentração excessiva de mercado. O Cade monitora essas movimentações para garantir a livre concorrência, especialmente em setores sensíveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

POLÍTICA – CIRO GOMES DESCARTA DISPUTAR A PRESIDÊNCIA

Cotado pelo PSDB para ser candidato ao Planalto, ex-ministro anuncia que vai tentar o cargo de governador do Ceará

Do Estadão Conteúdo



Ciro Gomes está bem posicionado nas pesquisas eleitorais para o governo do Ceará, tanto no primeiro quanto no segundo turno

O ex-ministro **Ciro Gomes** (PSDB) afirmou nesta segunda-feira, 11, que não disputará a presidência da República em 2026 e deve lançar sua pré-candidatura ao governo do Ceará no sábado, 16. A declaração foi dada ao portal G1 após participação em evento da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, e confirmada pelo Broadcast Político, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A decisão encerra semanas de especulação sobre uma eventual nova candidatura presidencial do ex-ministro, que chegou a ser publicamente incentivado pelo PSDB a entrar na disputa pelo Palácio do Planalto. Em abril, o presidente nacional da legenda, deputado **Aécio Neves** (MG), afirmou estar estimulando **Ciro** a se apresentar como “uma alternativa para o Brasil”, após reunião com lideranças tucanas na Câmara dos Deputados.

Na ocasião, **Ciro** disse ter recebido o convite com cautela. Ele afirmou encarar a movimentação com “honra e alegria”, mas ponderou que uma eventual candidatura presidencial exigiria reflexão e diálogo com sua base política no Ceará.

Apesar de não descartar de imediato a hipótese presidencial, **Ciro** condicionou qualquer decisão ao cenário nacional, que classificou como um dos “piores” momentos da história recente do País.

Histórico

O ex-ministro disputou a Presidência da República em quatro ocasiões: em 1998, pelo então PPS, quando foi derrotado por **Fernando Henrique Cardoso**; em 2002, também pelo PPS, na eleição vencida por **Luiz Inácio Lula da Silva**; e em 2018 e 2022, pelo PDT, quando perdeu para **Jair Bolsonaro** e, posteriormente, para **Lula** mais uma vez. Em nenhuma das disputas, porém, chegou ao segundo turno. Seu melhor desempenho ocorreu em 2018, quando terminou em terceiro lugar, com 12,47% dos votos válidos.

A movimentação para o governo cearense ocorre em meio a um cenário eleitoral competitivo no Estado. Pesquisa Genial/ Quaest divulgada no fim de abril mostra **Ciro** bem posicionado tanto no primeiro quanto no segundo turno.

Sem a presença do ex-ministro da Educação **Camilo Santana** (PT) na disputa de primeiro turno, **Ciro** aparece com 41% das intenções de voto, à frente do atual governador **Elmano de Freitas** (PT), que registra 32%. Quando **Camilo** é incluído no cenário, porém, o petista lidera com 40%, ante 33% de **Ciro**.

Na simulação de segundo turno, **Camilo** tem 44% das intenções de voto, contra 39% de **Ciro** - empate técnico dentro da margem de erro. Em um confronto contra **Elmano**, o ex-ministro aparece numericamente à frente, com 46% contra 35%.

O levantamento ouviu 1.002 eleitores no Ceará entre 24 e 28 de abril. O nível de confiança é de 95%, e a pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o código CE-01725/2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

POLÍTICA – MASTER: OPERAÇÃO PODE MELAR ALIANÇAS DO PP

O presidente do partido, **Ciro Nogueira**, é investigado por receber dinheiro de **Vorcaro**
Do Estadão Conteúdo

Parlamentares veem a bancada do PP no Congresso Nacional sob constrangimento após a operação da Polícia Federal que mirou no presidente nacional do partido, **Ciro Nogueira (PP-PI)**, no curso das investigações sobre o Banco Master.

Relevante figura do Centrão, **Nogueira** foi ministro do ex-presidente **Jair Bolsonaro (PL)** e se tornou o primeiro congressista a ser oficialmente alvo das apurações. Para parlamentares, a operação pode impactar as articulações do partido para as eleições deste ano.

Em 7 de maio, a PF cumpriu mandado de busca e apreensão contra o senador. A PF encontrou no telefone celular do banqueiro **Daniel Vorcaro** diálogos com o senador e ordens do empresário para pagamento a uma pessoa de nome “**Ciro**”.

A defesa do presidente do PP diz que ele “não teve qualquer participação em atividades ilícitas e nos fatos investigados” e que as medidas investigativas contra ele “podem se mostrar precipitadas e merecem a devida reflexão e controle severo de legalidade”. Nesta segunda, 11, o escritório de **Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay)** deixou o caso do senador.

Segundo avaliações de quadros de centro e de direita no Congresso ouvidos pela reportagem, a operação não deve prejudicar a bancada internamente no Congresso, mas pode ter reflexos na disputa eleitoral, num momento em que os partidos estão negociando parcerias pelos Estados.

De acordo com essas análises, o impacto da operação inibe a atuação dos dirigentes partidários locais e diminui o valor político e eleitoral da legenda, o que pode aumentar o custo do prejuízo de ter o PP nos palanques.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/05/2026

POLÍTICA – OPOSIÇÃO ARTICULA PEC PELA ANISTIA

Após **Moraes** suspender a aplicação da Lei da Dosimetria, líder do PL começa a coletar assinaturas para tentar anistiar presos do 8 de janeiro
Do Estadão Conteúdo



Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara dos Deputados, busca 171 assinaturas para protocolar PEC para beneficiar Jair Bolsonaro e outros condenados

O líder do PL na Câmara dos Deputados, **Sóstenes Cavalcante (RJ)**, iniciou, nesta segunda-feira, 11, a coleta de assinaturas para protocolar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para anistiar os presos do 8 de janeiro, entre eles o ex-presidente **Jair Bolsonaro (PL)**. Neste momento, a PEC tem 35 assinaturas das 171 necessárias - a oposição trabalha para já conseguir o

número mínimo em no máximo duas semanas.

Trata-se de uma reação à decisão do ministro **Alexandre de Moraes**, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a aplicação da Lei da Dosimetria até o STF analisar medida que beneficia **Bolsonaro**.



“Diante da decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender a aplicação da Lei da Dosimetria, ficou ainda mais evidente para o Brasil que parte do sistema não aceita qualquer medida que represente justiça, equilíbrio e proporcionalidade para os condenados do 8 de janeiro. A resposta a esse novo abuso será dada dentro da Constituição”, disse Sóstenes.

O texto anistia todos aqueles que “participaram, direta ou indiretamente, de fatos ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023” e tenham sido condenados pelos crimes de dano qualificado do, deterioração de patrimônio público, associação criminosa armada, abolição violenta do estado democrático de direito e golpe de Estado.

Bolsonaro foi condenado pelos crimes de organização criminosa armada, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

“A decisão do Ministro Alexandre de Moraes suspendendo a lei representa uma afronta à soberania do Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal está impedindo a aplicação de uma norma aprovada pela ampla maioria dos congressista”, disse Sóstenes.

A lei aprovada pelo Congresso Nacional reduz as penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos do 8 de janeiro e também beneficiaria Bolsonaro, condenado a 27 anos por tentativa de golpe de Estado.

O texto aprovado prevê redução de penas e facilita progressão de regime para crimes contra o estado democrático de direito.

Demora

A reação por uma PEC, porém, levaria tempo até surtir efeito. A votação de propostas de emenda à Constituição costuma levar mais tempo em alguns casos, nesta legislatura, o governo conseguiu trabalhar para que PECs incômodas não avançassem.

Foi o caso da PEC das Drogas, que queria qualificar como ato criminoso a prática de portar entorpecentes “independentemente da quantidade”. A tramitação dessa proposta foi interrompida na Câmara, após aprovação no Senado. O governo conseguiu trabalhar para impedir que partidos indicassem membros para a formação de comissão especial para discutir esse projeto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

POLÍTICA – DÉBORA DO BATOM RECORRE CONTRA SUSPENSÃO

A defesa da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, conhecida como “Débora do Batom”, recorreu nesta segunda-feira, 11, da decisão do ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a aplicação da Lei da Dosimetria. Conhecida por ter pichado a estátua da Justiça nos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, ela foi condenada a 14 anos de prisão.

No sábado, 9, Moraes assinou decisão monocrática suspendendo a aplicação da Lei da Dosimetria em execuções penais de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. O ministro determinou a suspensão dos efeitos da norma até que o Supremo julgue as ações que questionam sua constitucionalidade.

Os advogados da cabeleireira apresentaram um agravo regimental com pedido de tutela de urgência, recurso utilizado para contestar decisões individuais do relator. Segundo a defesa, a suspensão da lei prolonga “restrições de liberdade potencialmente incompatíveis com a atual ordem jurídica”.

Além da suspensão imediata dos efeitos da decisão de Moraes, os advogados pedem que o agravo seja analisado pelo plenário da Corte e que seja autorizada a progressão para um regime “menos gravoso”, com a revogação de medidas cautelares “incompatíveis com a nova realidade executória”, incluindo a retirada da tornozeleira eletrônica de Débora.

A defesa também solicita que eventual decisão favorável tenha seus efeitos estendidos aos demais condenados pelos atos de 8 de janeiro.

Na última segunda-feira, 4, Moraes já havia negado um pedido da defesa de Débora para revisão da pena com base na Lei da Dosimetria. Segundo Moraes, o pedido não se aplicava porque a medida ainda não estava em vigor.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 12/05/2026

POLÍTICA – LULA LANÇA PROGRAMA CONTRA FACÇÕES

Com foco na asfixia financeira das organizações criminosas, governo prevê investimento de quase R\$ 1 bilhão. Lançamento acontece nesta terça-feira

Do Estadão Conteúdo



Para sufocar o crime organizado financeiramente, Lula vai anunciar medidas que buscam descapitalizar as organizações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lança nesta terça-feira, 12, o 'Programa Brasil Contra o Crime Organizado', com o objetivo de reduzir a rejeição do governo federal nesta área, que será uma das principais a serem discutidas na eleição presidencial de outubro. As ações preveem um investimento de R\$ 960 milhões ainda em 2026.

A iniciativa terá quatro eixos de ação, com o principal buscando asfixiar a estrutura financeira das organizações criminosas e, nas palavras do próprio presidente, chegar mais no "andar de cima" dessas facções.

O evento de lançamento será realizado no Salão Oeste do Palácio do Planalto, às 10 horas, nesta terça. Lula estará acompanhado do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), o programa foi elaborado após articulações feitas com os governos dos Estados, além de especialistas e forças de segurança pública. "O objetivo é desarticular as bases econômicas, operacionais e sociais das organizações criminosas em todo o território nacional", diz nota da Secom divulgada nesta segunda-feira, 11.

Além da asfixia financeira, há outros três eixos, que buscam elevar o padrão dos presídios brasileiros, aumentar o percentual de elucidações de homicídios e o combate ao tráfico de armas.

Para sufocar o crime organizado financeiramente, o governo vai anunciar medidas que buscam descapitalizar as organizações. Para isso, serão feitos investimentos nos serviços de inteligência do poder público, como a compra de equipamentos de última geração e o aperfeiçoamento da estrutura do Comitê Integrado de Investigação Financeira e Recuperação de Ativos (Cifra), iniciativa conjunta do governo federal e Estados brasileiros, destinada a desarticular financeiramente grupos criminosos.

O outro eixo do novo programa, que busca reformar o sistema prisional, terá como medida primordial a melhoria das estruturas de presídios estaduais.

EUA

No combate ao tráfico de armas, o governo Lula espera ter a colaboração do governo dos Estados Unidos. Em réplica ao interesse da Casa Branca em classificar as facções criminosas Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas, o petista disse ao

presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que a maior parte dos armamentos contrabandeados vem do território americano.

“O Brasil tem expertise, tem uma extraordinária Polícia Federal e tem muita experiência no combate às drogas e ao tráfico de armas. É importante saber que parte das armas que chegam ao Brasil sai dos Estados Unidos”, disse Lula em entrevista coletiva de imprensa em Washington após se reunir por três horas com Trump na Casa Branca, na última quinta-feira, 7.

De acordo com o ministro da Justiça e Segurança Pública, o novo programa do governo Lula é “muito consistente e engenhoso”. Wellington César disse ainda que, a depender da articulação dos agentes da segurança pública, as consequências da iniciativa poderão ter forte impacto na diminuição do crime organizado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/05/2026

POLÍTICA – PRESIDENTE VETA LEI SOBRE ESTÁGIO: “É INCONSTITUCIONAL” **Da Agência Brasil**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o projeto de lei que reconhece o estágio feito pelo estudante como experiência profissional. De acordo com o despacho, publicado nesta segunda-feira (11) no Diário Oficial da União, o texto desconsidera o caráter pedagógico complementar à formação educacional do estágio e compromete critério de seleção de concursos públicos.

A proposta foi aprovada em abril pelo Congresso Nacional e determinava ao Poder Público a responsabilidade de regulamentar as hipóteses em que o período de experiência profissional de estágio valerá para provas de concursos públicos.

Para a Presidência, a proposição legislativa é inconstitucional, porque a previsão de regulamentação genericamente atribuída ao Poder Público promove a centralização de competência exclusivamente no presidente da República, em violação à autonomia dos entes federativos e à independência dos Poderes.

O veto foi baseado em manifestações dos ministérios da Educação, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Advocacia-Geral da União.

Ao apresentar a proposta, o autor, deputado Flávio Nogueira (PT-PI), argumentou que a falta de experiência profissional é uma das dificuldades daqueles que estão em busca do primeiro emprego e que o projeto visa a preencher essa lacuna.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/05/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - BR-101/RJ TERÁ OBRAS DE R\$ 10 BILHÕES APÓS ASSINATURA DE ORDEM DE SERVIÇO

Novo contrato da Autopista Fluminense inclui melhorias em 322 quilômetros da rodovia e integra política federal de otimização de concessões

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



As intervenções previstas nesta nova etapa da concessão prometem ampliar a capacidade viária e melhorar o fluxo do tráfego em pontos considerados críticos ao longo da rodovia

O ministro dos Transportes, George Santoro, assinou, nesta segunda-feira (11), a ordem de serviço para o início das obras de melhorias da



BR-101/RJ, no trecho conhecido como Autopista Fluminense. O contrato otimizado prevê investimentos de R\$ 10,18 bilhões para modernizar 322,1 quilômetros da rodovia, entre a divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e o entroncamento com a Ponte Presidente Costa e Silva, em Niterói (RJ).

ESTAMOS DESTRAVANDO UM GARGALO EM UMA REGIÃO ONDE VIVEM 4,5 MILHÕES DE PESSOAS E POR ONDE CIRCULAM DIARIAMENTE TRABALHADORES E CARGAS QUE MOVIMENTAM O PRINCIPAL HUB LOGÍSTICO, DE PETRÓLEO E DE ENERGIA DO PAÍS”

GEORGE SANTORO
ministro dos Transportes

As intervenções previstas nesta nova etapa da concessão prometem ampliar a capacidade viária e melhorar o fluxo do tráfego em pontos considerados críticos ao longo da rodovia. O projeto também prevê a redução de custos logísticos e o fortalecimento da competitividade da indústria fluminense.

“Estamos destravando um gargalo em uma região onde vivem 4,5 milhões de pessoas e por onde circulam diariamente trabalhadores e cargas que movimentam o principal hub logístico, de petróleo e de energia do país”, afirmou George Santoro. O contrato, com duração de 22 anos, inclui serviços essenciais para ampliar a fluidez da estrada e melhorar a mobilidade dos fluminenses, com novas passarelas, paradas de ônibus e um Ponto de Parada e Descanso para Caminhoneiros (PPD).

“O cidadão que entra na rodovia sabe que chegará ao destino com segurança. E é isso que queremos ampliar cada vez mais no estado do Rio de Janeiro e em todo o país”, completou o ministro dos Transportes.

Corredor estratégico

A BR-101/RJ desempenha papel estratégico para a integração econômica do estado do Rio de Janeiro. O corredor conecta a costa fluminense à Bacia de Campos, uma das principais regiões produtoras de petróleo do país, e concentra intenso fluxo de cargas e veículos leves.

No trecho administrado pela concessionária Arteris Fluminense, a rodovia liga importantes municípios para o setor de óleo e gás, como Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, além de conectar portos e empresas que sustentam parte relevante da produção nacional de petróleo.

Além da importância logística e industrial, a rodovia possui forte impacto sobre o turismo regional. O trecho é uma das principais portas de entrada para a Região dos Lagos, destino que reúne cidades como Búzios e Cabo Frio e movimenta a economia fluminense durante todo o ano.

“É mais um investimento que, ao lado do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), estamos viabilizando hoje para que, daqui a alguns meses, possamos voltar ao estado do Rio de Janeiro, junto à Arteris Fluminense, e acompanhar o avanço dessas intervenções previstas para os próximos anos”, ressaltou o diretor da ANTT, Alex Azevedo.

Política de otimização

A modernização do contrato da BR-101/RJ foi leiloadada em novembro de 2025 como parte da nova política de otimização de contratos de concessão rodoviária do Governo do Brasil, coordenada pelo Ministério dos Transportes. A concessionária Arteris S.A., que administrava o trecho, venceu o certame e assumiu novas obrigações de investimento e ampliação da infraestrutura viária.

“Será uma transformação gigantesca para o Rio de Janeiro. O trabalho da Arteris será traduzido em mais segurança viária, redução de mortes e menos colisões frontais. Estamos muito felizes com essa liberação para começar essas atividades”, disse o diretor superintendente da Arteris Fluminense, Helvécio Tamm de Lima Filho.

O modelo integra a Política Pública de Outorgas instituída pela Portaria nº 848/2023, que estabelece novos parâmetros para os contratos de concessão rodoviária federal. A proposta prevê a antecipação de obras prioritárias, a padronização dos contratos e a vinculação dos reajustes tarifários à entrega efetiva dos serviços previstos.

De acordo com o Ministério dos Transportes, as novas regras também simplificam processos e reforçam exigências técnicas e financeiras para garantir maior segurança jurídica e destravar investimentos em infraestrutura de transporte.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/05/2026

TRANSPORTES – PORTOS - PORTO DE SUAPE CONCENTRA MAIS DE R\$ 2 BILHÕES EM OBRAS

Complexo avança na requalificação do Molhe de Proteção enquanto APM Terminals finaliza terminal de contêineres eletrificado com início de operações previsto para este ano

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebene.com.br



A obra do molhe foi dividida em etapas a partir de critérios técnicos. Segundo a assessoria de Suape, os trechos com erosões mais graves receberam atenção nas fases iniciais

O Porto de Suape, em Pernambuco, vive um momento de transformações na sua infraestrutura. O Complexo Portuário avança na quarta e última etapa da requalificação do Molhe de Proteção, estrutura que protege os píeres e garante a segurança das operações, enquanto a APM Terminals encaminha para a reta final a construção do que será o primeiro terminal de contêineres 100% eletrificado da América Latina. Juntas, as duas frentes somam investimentos que ultrapassam R\$ 2 bilhões.

A obra do molhe foi dividida em etapas a partir de critérios técnicos. Segundo a assessoria de Suape, os trechos com erosões mais graves receberam atenção nas fases iniciais. A quarta fase, em andamento, concentra áreas menos críticas, mas de extensão maior.

O complexo destacou que a execução completa do projeto é o que garante a eficiência da estrutura. Até agora, R\$ 46,1 milhões já foram executados dentro do contrato de R\$ 123 milhões, o que representa 37,5% dos serviços concluídos. Considerando todas as etapas anteriores, o investimento total acumulado chega a R\$ 182,4 milhões, com data base em março de 2026.

O valor contratado para esta última fase deve passar por reajuste. Segundo o complexo, o montante passará de R\$ 123 milhões para R\$ 127,6 milhões, processo que está sob análise do Ministério dos Portos e Aeroportos. A necessidade de aprovação federal se dá porque a obra tem aporte do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. O prazo para conclusão é agosto de 2028, dentro de um cronograma de 47 meses.

Terminal elétrico

Do outro lado do porto, a APM Terminals trabalha para cumprir o calendário do novo terminal de contêineres, cujo investimento supera R\$ 2 bilhões. A empresa confirmou que o cronograma segue dentro do previsto, com início das operações no segundo semestre de 2026. As obras estão na fase final e os equipamentos já passam por testes operacionais.

A capacidade inicial do terminal é de 400 mil TEU por ano, unidade de medida padrão para contêineres no setor portuário. O diferencial do empreendimento está na frota de máquinas: todos os equipamentos funcionam com energia elétrica, o que a empresa aponta como contribuição para uma operação mais sustentável.



Entre os equipamentos em fase de teste estão dois guindastes STS, as estruturas de grande porte usadas para carregar e descarregar contêineres diretamente dos navios. No pátio, sete guindastes pórticos sobre pneus, os chamados e-RTGs, são responsáveis por empilhar e movimentar os contêineres.

De acordo com a APM Terminals, a circulação interna entre o cais e o pátio ficará a cargo de 14 tratores elétricos. Completam o conjunto dois reach stackers elétricos, usados para movimentar e organizar contêineres em áreas de apoio e na carga e descarga de trens e caminhões, e um equipamento dedicado à movimentação de contêineres vazios.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

TRANSPORTES – PORTOS - PORTO DE SALVADOR RECEBE PRIMEIRO NAVIO PANAMAX NO CAIS COMERCIAL

Operação com embarcação de até 294 metros foi viabilizada após adequações no berço 202 e reforço de equipamentos no terminal baiano

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Porto de Salvador (BA) realizou, pela primeira vez, uma operação com um navio do tipo Panamax no cais comercial. A atracação e movimentação de cargas foram concluídas na noite de sábado (9), em uma operação que amplia a capacidade operacional do terminal portuário da capital baiana.

Segundo a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), a operação foi viabilizada após estudos técnicos voltados aos novos parâmetros do berço 202, além da incorporação de novos equipamentos pela Intermarítima, entre eles um guindaste de terra.

Os navios classificados como Panamax são embarcações de grande porte desenvolvidas para operar dentro das dimensões máximas permitidas pelo Canal do Panamá antes da ampliação concluída em 2016. Em geral, esse tipo de navio pode chegar a cerca de 294 metros de comprimento e é amplamente utilizado no transporte internacional de granéis, contêineres e cargas diversas.

De acordo com a Codeba, a movimentação integra um conjunto de medidas voltadas à ampliação da capacidade operacional do Porto de Salvador e ao fortalecimento da competitividade logística do terminal no cenário nacional.

Para a Intermarítima Portos e Logística, a chegada do navio representa um avanço para o setor portuário baiano diante da concorrência regional. A empresa afirma que investimentos em eficiência operacional e logística têm contribuído para ampliar a capacidade de atendimento e atratividade do porto para novos clientes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

TRANSPORTES – PORTOS - APS CELEBRA DECISÃO DO TCU SOBRE ÁREA DO PORTO DE SANTOS

Autoridade Portuária afirma que acórdão restabelece segurança jurídica e libera retomada integral das operações previstas para a área SSZ 35.2

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) comemorou a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que restabeleceu os termos originais do contrato transitório da área SSZ 35.2, no Porto de Santos, e classificou o entendimento como uma vitória da segurança jurídica e da estabilidade regulatória no setor portuário. Para a estatal, o acórdão encerra um impasse que se arrastava havia mais de um ano e meio e permite a retomada integral das operações previstas originalmente para a área arrendada à Reliance Agenciamento e Serviços Portuários.



Para a Autoridade Portuária, o acórdão permite a retomada integral das operações previstas originalmente para a área arrendada à Reliance Agenciamento e Serviços Portuários

“O desfecho favorável fortalece a governança da APS e reafirma a importância da segurança jurídica para o desenvolvimento do setor portuário nacional. O acórdão restabelece a justiça aos termos originalmente previstos no edital, encerra um debate que se arrastava há mais de um ano e meio e permite a utilização eficiente de uma área estratégica que permanecia inoperante, gerando perda de arrecadação e evasão de cargas para outros locais”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini.

O julgamento ocorreu no âmbito do Acórdão nº 1068/2026 – Plenário, publicado no Diário Oficial da União no último dia 7. Por maioria de votos, os ministros entenderam que as restrições impostas posteriormente pela Antaq alteraram elementos essenciais de um contrato já homologado e assinado, extrapolando os limites adequados da atuação regulatória.

Com a decisão, a área volta a operar nas condições originais estabelecidas no edital e no contrato transitório, incluindo o perfil multicarga e a preferência de atracação anteriormente assegurada à arrendatária. O TCU determinou ainda que a Antaq promova, no prazo de 15 dias, a retificação dos atos restritivos editados anteriormente.

O terminal está localizado no bairro do Saboó, em uma área que integra o projeto futuro do Tecon Santos 10. O contrato transitório havia sido suspenso em dezembro do ano passado por determinação da Antaq, que apontava supostas incompatibilidades do arrendamento com normas regulatórias relacionadas ao tipo de carga movimentada, ao prazo contratual e à futura licitação do novo terminal de contêineres.

Na ocasião, a agência restringiu as operações exclusivamente à carga geral, excluindo a movimentação de graneis sólidos e líquidos, além de retirar a preferência de atracação prevista originalmente no edital. Segundo a APS, as mudanças comprometiam a viabilidade econômica do contrato e afetavam diretamente a operação da área.

Defesa

A Autoridade Portuária sustentou junto ao tribunal que o contrato estava regular e que a alteração posterior de cláusulas essenciais colocaria em risco a segurança jurídica dos processos conduzidos no porto. A Reliance também acionou o TCU pedindo o reconhecimento da irregularidade das medidas impostas pela Antaq e a retomada da validade integral do contrato.

Após analisar documentos apresentados pela APS, pela arrendatária e pela própria agência reguladora, o TCU concluiu que o contrato não violava as normas do setor e poderia continuar vigente.

No voto revisor acolhido pela maioria do plenário, os ministros destacaram que as alterações promovidas após a assinatura do contrato produziam impactos financeiros severos e desfiguravam substancialmente a proposta vencedora apresentada no certame.

Segundo a APS, a retomada das condições originais evita a manutenção de um cais estratégico inoperante, preserva receitas do Porto de Santos e reduz o risco de evasão de cargas para outras localidades. A autoridade portuária também avalia que o entendimento firmado pelo tribunal fortalece o ambiente regulatório necessário para a atração de novos investimentos privados em projetos estruturantes do complexo santista, incluindo futuros empreendimentos ligados ao Tecon Santos 10.



A decisão do TCU também reafirma, segundo a APS, que alterações unilaterais promovidas após a conclusão de processos seletivos podem comprometer a isonomia entre participantes, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a estabilidade regulatória das concessões portuárias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

TRANSPORTES – AVIAÇÃO - EMBRAER FECHA PRIMEIRO CONTRATO COM FORNECEDORA INDIANA DE PEÇAS

Parceria com a Bharat Forge amplia presença da fabricante na Ásia e inclui fornecimento de componentes forjados para sistemas de trem de pouso

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br

A Embraer anunciou nesta segunda-feira (11) uma parceria com a metalúrgica indiana Bharat Forge Limited (BFL), que passará a integrar a cadeia global de fornecedores da fabricante brasileira com o fornecimento de materiais brutos forjados para aeronaves comerciais e militares.

Os componentes serão destinados a sistemas de trem de pouso de aviões da companhia. Peças forjadas de aviação são produzidas por meio de um processo industrial de moldagem de metal sob altas temperaturas e pressão, utilizado em componentes estruturais considerados críticos para a indústria aeroespacial.

Segundo a Embraer, este é o primeiro contrato de fornecimento desse tipo firmado com uma empresa indiana. O acordo faz parte da estratégia da fabricante de ampliar e diversificar sua base global de fornecedores, ao mesmo tempo em que expande sua presença industrial e comercial em mercados considerados prioritários.

A parceria amplia a aproximação da Embraer com a Ásia, região que concentra parte relevante dos movimentos recentes da companhia. Neste ano, a fabricante anunciou vendas de aeronaves para empresas do Japão e dos Emirados Árabes Unidos e participou da feira de aviação de Singapura, considerada uma das principais vitrines do setor no continente. Atualmente, a Embraer mantém operações comerciais em cerca de 20 países asiáticos e vê a Índia como um dos mercados com maior potencial de expansão.

Em comunicado, a Bharat Forge afirmou que o contrato permitirá à companhia ampliar sua participação na cadeia global de componentes aeroespaciais. A empresa já atua no segmento de componentes de motores aeronáuticos e pretende ganhar escala também na produção de estruturas críticas.

“O fato de a BFL ser o primeiro fornecedor indiano de componentes forjados para a Embraer é um momento de orgulho e um testemunho das capacidades que desenvolvemos no setor aeroespacial. Agradecemos à Embraer pela confiança depositada na BFL. Esperamos ampliar e agregar valor à nossa associação com a Embraer nos próximos anos. Esses contratos nos permitirão criar escala para componentes estruturais críticos, complementando a escala já construída no segmento de componentes de motores aeronáuticos”, afirmou o vice-presidente e diretor executivo conjunto da Bharat Forge, Amit B. Kalyani.

A Embraer informou que o contrato busca atender à sua cadeia global de suprimentos com produtos forjados de alta qualidade e faz parte de uma política voltada à construção de uma cadeia mais resiliente e competitiva.

“Alinhada à nossa estratégia de diversificação da cadeia de suprimentos, vemos a Índia como uma grande oportunidade. Este contrato reforça nossos planos de criar uma cadeia de suprimentos mais resiliente e competitiva, além de nosso compromisso com o desenvolvimento da indústria aeroespacial indiana”, ce-presidente executivo de suprimentos globais e cadeia de produção da Embraer.



Expansão

O acordo ocorre em um momento de expansão das operações da fabricante brasileira. A Embraer registrou arrecadação recorde de US\$ 1,4 bilhão (R\$ 6,9 bilhões) no primeiro trimestre de 2026, resultado 31% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, segundo balanço divulgado na sexta-feira (8). As áreas de aviação comercial e de defesa foram as que apresentaram maior crescimento no período.

Segundo a companhia, o avanço das relações com fornecedores indianos também acompanha o aumento da interlocução da Embraer com autoridades locais e representantes da indústria aeroespacial do país asiático.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

TRANSPORTES – AEROPORTOS - SALGADO FILHO SUPERA MOVIMENTO PRÉ-ENCHENTE DOIS ANOS APÓS DESASTRE

Aeroporto de Porto Alegre registrou 1,8 milhão de passageiros no primeiro trimestre de 2026 após obras e investimentos superiores a R\$ 560 milhões

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Dois anos após o alagamento histórico que interrompeu as operações por cerca de cinco meses em 2024, o Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), não apenas retomou suas atividades como já supera os níveis de movimentação anteriores ao desastre. No primeiro trimestre de 2026, o terminal registrou 1,8 milhão de passageiros, acima dos 1,6 milhão contabilizados no mesmo período de 2024.

No segmento internacional, foram 101.587 passageiros no primeiro trimestre, frente a 95.745 no mesmo período de 2024, uma alta de 6,1%.

A retomada foi viabilizada por um conjunto de obras e investimentos que ultrapassaram R\$ 560 milhões. Desse total, R\$ 426 milhões foram por medida cautelar do Governo Federal no âmbito do contrato de concessão com a Fraport Brasil.

A recuperação da pista de pousos e decolagens, com 3.200 metros de extensão, foi uma das etapas mais complexas. Submersa por cerca de 23 dias, a estrutura exigiu um processo detalhado que incluiu limpeza, inspeção das placas de concreto, fresagem, remoção de detritos e recomposição das camadas de pavimento em um trecho de 1.400 metros. Também foram recuperados ou substituídos sistemas essenciais, como o elétrico e a sinalização luminosa.

Além disso, o aeroporto recebeu novos equipamentos operacionais, como esteiras de bagagem, aparelhos de raio X, escadas rolantes e elevadores. Foram ainda implementadas melhorias estruturais no sítio aeroportuário voltadas à drenagem e ao escoamento de águas pluviais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

MINERAÇÃO - ANM ABRE CONSULTA SOBRE SIGILO E ACESSO A DADOS DA MINERAÇÃO

Revisão de norma de 2019 vai discutir critérios para restrição de informações em processos minerários e impactos sobre transparência no setor

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O tipo de acesso às informações da mineração está em destaque na agenda regulatória. A partir desta segunda-feira (11), está aberta a Tomada de Subsídios que vai embasar a revisão da Resolução ANM nº 01/2019, norma responsável por definir quais informações dos processos minerários podem ter acesso restrito e em quais situações o sigilo é admitido no âmbito da atividade mineral.



Sede da ANM: publicada há mais de seis anos, a resolução atual será reavaliada à luz das transformações regulatórias, tecnológicas e institucionais ocorridas desde então

A discussão integra a Análise de Impacto Regulatório (AIR) conduzida pela Agência Nacional de Mineração e alcança um universo que ultrapassa o setor produtivo. A revisão interessa pesquisadores, órgãos de controle, imprensa, investidores, superficiários, comunidades afetadas

pela atividade mineral e instituições que acompanham a exploração dos recursos minerais brasileiros.

Publicada há mais de seis anos, a resolução atual será reavaliada à luz das transformações regulatórias, tecnológicas e institucionais ocorridas desde então. O debate considera a consolidação da Lei de Acesso à Informação (LAI), da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além de entendimentos recentes dos órgãos de controle e da jurisprudência administrativa.

As contribuições poderão ser enviadas até 10 de junho por meio da plataforma Brasil Participativo e serão utilizadas na revisão da Resolução ANM nº 01/2019 e na elaboração da Análise de Impacto Regulatório sobre acesso, publicidade e restrição de informações no setor mineral.

Na prática, a discussão envolve o equilíbrio entre dois princípios centrais da administração pública: a publicidade dos atos estatais e a proteção legítima de informações sensíveis, cuja divulgação irrestrita possa afetar competitividade empresarial, estratégias comerciais, dados fiscais ou direitos individuais.

A superintendente de Regulação e Governança Regulatória, Marina Dalla Costa, afirma que a revisão vai estabelecer critérios mais claros e consistentes para o tratamento das informações no setor mineral.

“A mineração produz informações de interesse econômico, ambiental, territorial e científico relevantes para o país. A revisão da norma estabelece parâmetros mais objetivos, compatíveis com o ordenamento jurídico atual e capazes de oferecer maior previsibilidade tanto para os agentes regulados quanto para a sociedade”, afirma.

Entre os pontos submetidos à discussão estão as hipóteses de sigilo previstas na norma, os tipos de documentos técnicos atualmente tratados como restritos, os procedimentos administrativos para requerimento de acesso e as dificuldades práticas enfrentadas pelos usuários no acompanhamento dos processos minerários.

A revisão também pode impactar a forma como dados sobre a produção mineral brasileira circulam entre instituições públicas, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil e iniciativas voltadas à transparência setorial.

Para a superintendente de Economia Mineral, Inara Barbosa, a qualidade e a disponibilidade dos dados têm papel estratégico para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento do setor mineral.

“Informação estruturada e acessível fortalece estudos econômicos, análises territoriais, planejamento estatal e a própria compreensão da atividade mineral no país. O aperfeiçoamento regulatório precisa considerar esse contexto”, diz.

Expansão

A discussão ocorre em um momento de expansão das ferramentas de transparência e geoinformação no setor mineral brasileiro, com ampliação do uso de bases abertas, sistemas digitais e plataformas de inteligência territorial.

Segundo a gerente de Governança de Dados, Gestão Documental e Memória, Carla Viganigo Castilho, a revisão normativa também busca aprimorar a organização administrativa dos fluxos de informação.

“A norma atual foi construída em um contexto institucional diferente do cenário que existe hoje. A revisão permite avaliar procedimentos, reduzir ambiguidades conceituais e aprimorar critérios de classificação e tratamento das informações”, explica.

As contribuições recebidas durante a Tomada de Subsídios, que fica aberta por 30 dias, serão utilizadas na etapa de construção da AIR, instrumento previsto na política regulatória federal para apoiar decisões normativas com base em evidências, análise de impactos e participação social.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - DIESEL CAI PELA 4ª VEZ EM 5 SEMANAS

Recuo no período é de 4,5%. Apesar disso, preço ainda está 18,9% acima do praticado antes da guerra no Oriente Médio

Da Agência Brasil



Na semana de 3 a 9 de maio, o litro do diesel S10 teve preço médio de revenda de R\$ 7,24

O preço do óleo diesel no país registrou o quarto recuo em um período de cinco semanas. Nesse intervalo de tempo, o combustível usado majoritariamente por caminhões e ônibus acumula queda de 4,5%. No entanto, ainda está 18,9% acima do período pré-guerra no Irã, que iniciou em 28 de fevereiro.

Os dados fazem parte do monitoramento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (ANP), órgão do governo que regula o setor no país.

De acordo com o painel de preços de revenda da agência, na semana de 3 a 9 de maio o litro do diesel S10 teve preço médio de revenda de R\$ 7,24.

O preço do diesel é acompanhado com atenção por autoridades e pelo setor produtivo, pois, por ser o principal combustível da frota de caminhões, está diretamente ligado ao valor do frete, que se reflete no custo dos alimentos transportados.

Nas últimas cinco semanas, a ANP identificou uma semana sem variação e quatro com queda no preço médio.

Veja o preço médio do diesel S10 em cada fim de semana de pesquisa: 28/03: R\$ 7,57; 04/04: R\$ 7,58; 11/04: R\$ 7,58; 18/04: R\$ 7,51; 25/04: R\$ 7,38; 02/05: R\$ 7,28 e 09/05: R\$ 7,24.

Apesar da trajetória recente de queda, o litro do diesel ainda reflete a escalada de preços provocada pelos ataques americanos e israelenses ao Irã. Na semana terminada em 28 de fevereiro, dia do primeiro ataque, o combustível era vendido por R\$ 6,09, em média.

Desde então, foram cinco semanas até alcançar o pico de R\$ 7,58 na semana terminada em 11 de abril. Em relação ao diesel S500, a trajetória é semelhante ao S10 nas últimas cinco semanas, saindo de R\$ 7,45 o litro para R\$ 7,05, regressão de 5,37%. Na comparação com o pré-guerra, o aumento está em 17%.



A diferença entre o S10 e o S500 é o nível de emissão de poluentes. O S500 emite 10 partes por milhão (ppm) de enxofre, 50 vezes mais que o S10.

O S10 é o mais utilizado no país, respondendo por cerca de 70% do consumo nacional, de acordo com a ANP. Os veículos leves e pesados produzidos a partir de 2012 foram preparados para rodar com o S10.

Guerra e preço

A guerra no Irã teve reflexos como ataques a países vizinhos do Irã também produtores de petróleo e o fechamento do Estreito de Ormuz, no sul do Irã, que liga os golfos Pérsico e de Omã. Por lá, passavam antes da guerra cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás natural.

Com a cadeia logística em turbulência, a oferta do óleo cru e seus derivados diminuiu no mundo, levando à escalada dos preços. O barril do Brent, referência internacional de preços, saltou de US\$ 70 para mais de US\$ 100, atingindo picos ao redor de US\$ 120.

O petróleo é uma commodity, isto é, mercadoria negociada a preços internacionais. Isso fez com que o encarecimento fosse sentido também no Brasil, mesmo sendo país produtor.

No caso do diesel, especificamente, o país não é autossuficiente, e precisa importar cerca de 30% do que consome.

A tendência de queda no preço do diesel nas últimas cinco semanas coincide com o início da subvenção do governo aos produtores e importadores de diesel. A medida é uma das ações para conter a alta de preço.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - MAIS DE 80% DO COMBUSTÍVEL IMPORTADO VÊM DA RÚSSIA

Da Agência Brasil

O Brasil ampliou fortemente as compras de diesel da Rússia desde o início da guerra no Oriente Médio, após a suspensão das importações vindas da região. Dados do sistema Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), mostram que Rússia e Estados Unidos passaram a liderar o fornecimento do combustível ao país nos últimos meses.

Em março e em abril, o Brasil importou US\$ 1,76 bilhão em diesel. Desse total, US\$ 1,43 bilhão tiveram origem na Rússia, equivalente a 81,25% das compras externas do produto. Os Estados Unidos aparecem na segunda posição, com US\$ 112,92 milhões, ou 6,42% do total.

Apenas em abril, a dependência do diesel russo aumentou ainda mais. O país comprou US\$ 924 milhões do combustível da Rússia, o que correspondeu a 89,84% das importações no mês. Os Estados Unidos responderam por 10,98% das compras, enquanto o Reino Unido teve participação residual.

Antes do conflito, o Brasil ainda mantinha parte das importações vindas do Oriente Médio. Em março, o país recebeu carregamentos enviados antes do agravamento da guerra, incluindo compras dos Emirados Árabes Unidos e da Arábia Saudita.

Os números mostram uma rápida escalada das compras russas. Em fevereiro, o Brasil importou US\$ 433,22 milhões em diesel da Rússia. O valor subiu para US\$ 505,86 milhões em março e se aproximou de US\$ 1 bilhão em abril.

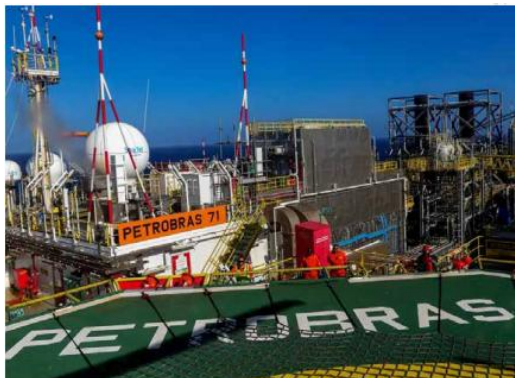
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS LUCRA R\$ 32,7 BILHÕES NO TRIMESTRE, MAS RESULTADO CAI 7,2%

Estatual ampliou produção de petróleo e derivados, registrou recordes no pré-sal e dobrou lucro na comparação com o fim de 2025

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O resultado refletiu a valorização do petróleo no mercado internacional, o aumento da produção própria e a maior venda de derivados, além da valorização do real frente ao dólar

A Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 32,7 bilhões no primeiro trimestre de 2026, resultado 7,2% inferior ao obtido no mesmo período do ano passado, informou a companhia nesta segunda-feira (11). Na comparação com o quarto trimestre de 2025, porém, o desempenho mais que dobrou, com alta de 110% sobre os R\$ 15,6 bilhões registrados nos últimos três meses do ano passado.

O Ebitda ajustado — indicador que mede a geração de caixa operacional da empresa — somou R\$ 59,6 bilhões entre janeiro e março, queda de 2,4% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Sem os eventos considerados exclusivos pela estatal, o Ebitda ajustado teria alcançado R\$ 61,7 bilhões, avanço de 4,5% sobre o trimestre anterior.

O resultado refletiu a valorização do petróleo no mercado internacional, o aumento da produção própria e a maior venda de derivados, além da valorização do real frente ao dólar. O barril do petróleo tipo Brent passou de US\$ 63,69 no fim de 2025 para US\$ 80,61 no primeiro trimestre deste ano. No mesmo período do ano passado, a commodity era negociada a US\$ 75,66.

Por considerar apenas os primeiros meses do ano, o balanço incorpora parcialmente os efeitos da guerra no Oriente Médio, iniciada no fim de fevereiro e responsável por pressionar os preços internacionais do petróleo.

Segundo a Petrobras, a geração operacional de caixa permaneceu elevada, alcançando R\$ 44 bilhões no trimestre. A estatal informou ainda que a produção total própria cresceu 16% na comparação anual, atingindo recorde de 3,23 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed). A produção total operada chegou a 4,65 milhões de boed, enquanto a produção própria no pré-sal alcançou 2,66 milhões de boed.

A companhia afirmou que o aumento da produção foi acompanhado por maior desempenho do parque de refino e crescimento da produção de derivados. Entre janeiro e março, foram produzidos 1,81 milhão de barris por dia de derivados, volume 6,7% superior ao do quarto trimestre do ano passado. Segundo a estatal, 68% da produção foi composta por derivados de maior valor agregado, como diesel, gasolina e querosene de aviação.

Em março, a Petrobras registrou recorde mensal de produção de diesel S-10 nas refinarias, com 512 mil barris por dia. O fator de utilização do parque de refino ficou em 95% no trimestre, chegando a 97,4% em março, maior utilização mensal desde dezembro de 2014.

“Nossos investimentos estão se convertendo em crescimento da produção de petróleo e de derivados, demonstrando a solidez e a eficácia da nossa estratégia de criação de valor. Batemos, mais uma vez, recordes de produção de petróleo e gás e estamos convertendo em ganhos toda a eficiência de nossas refinarias”, afirmou o diretor financeiro e de relacionamento com investidores da Petrobras, Fernando Melgarejo.

Os investimentos da estatal somaram R\$ 26,8 bilhões no primeiro trimestre, crescimento de 25,6% em relação ao mesmo período de 2025. A dívida bruta encerrou março em US\$ 71,2 bilhões, dentro do limite previsto no Plano de Negócios 2026-2030, que estabelece teto de US\$ 75 bilhões.

Dividendos

A Petrobras também aprovou a distribuição de R\$ 9 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio relativos ao trimestre. Segundo a companhia, os pagamentos de tributos, royalties e participações especiais somaram R\$ 72,4 bilhões no período, destinados à União, estados e municípios.

Entre os destaques operacionais, a estatal informou ter concluído a negociação para contratação de dois navios-plataforma do tipo FPSO para os projetos SEAP I e II. A empresa também anunciou a renovação da licença operacional para perfuração de mais dois poços exploratórios na Margem Equatorial.

No mercado internacional, a Petrobras ampliou sua atuação na África com a aquisição de 42,5% de participação em um bloco offshore na Namíbia e da operação do bloco 3, em São Tomé e Príncipe. A companhia também adquiriu 50% de participação no campo de Tartaruga Verde e no módulo III do campo de Espadarte.

A estatal reportou ainda novas descobertas exploratórias no pré-sal da Bacia de Campos e informou ter realizado sua terceira descoberta de gás na Colômbia, no poço Copozú-1.

Na área de geração térmica, a empresa informou que nove usinas termelétricas foram contratadas no Leilão de Reserva de Capacidade de 2026, totalizando cerca de 2,6 gigawatts de potência entre 2026 e 2031, com receita fixa estimada em R\$ 44 bilhões ao longo dos contratos.

A companhia também anunciou novos contratos para exportação de petróleo à Índia e firmou acordo com a Vale para fornecimento de diesel S-10 com 15% de biodiesel em Minas Gerais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

ENERGIA – PARÂMETRO DE RISCO DO SISTEMA PREOCUPA

Entidades de energia alertam para custo de R\$ 5,4 bi e pedem redução no parâmetro de aversão ao risco do sistema elétrico

Do Estadão Conteúdo



O ONS verifica cenários hidrológicos de longo prazo para identificar eventual queda no volume de chuvas e no nível de reservatórios

Um grupo de associações, comercializadoras e outros representantes do setor de energia assinou um manifesto defendendo uma redução no chamado parâmetro de aversão ao risco do sistema

elétrico.

As entidades avaliam que estão em jogo cerca de R\$ 5,4 bilhões a mais em gastos com térmicas com a manutenção do atual patamar. O tema deverá ser debatido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) nesta semana.

O comunicado é assinado pela Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace Energia), Associação Brasileira de



Comercializadores de Energia (Abraceel), Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE), Associação da Indústria de Cogeração de Energia (COGEN) e Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE).

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) verifica vários cenários hidrológicos de longo prazo para identificar eventual queda no volume de chuvas e no nível de reservatórios. A finalidade é prever os impactos e minimizar os riscos de uma crise hídrica. A “calculadora do risco” é batizada de “CVaR” (Conditional Value-at-Risk, na sigla em inglês).

Esse parâmetro pode estipular uma chance maior ou menor de ocorrência de escassez hídrica. O nível de aversão ao risco reflete diretamente na formação de preços de energia, o chamado Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Quanto maior o cenário de risco para o sistema, maior o preço. Na prática, isso indica maior despacho de termelétricas e, na ponta, o acionamento de bandeiras tarifárias com custos adicionais.

Antes da atualização em 2024, a calculadora do risco estipulava uma chance de 30% de ocorrência de escassez hídrica, tendo como base os 15 piores cenários na simulação. Ou seja, o parâmetro no modelo era de “15/30”. Como a mudança passou para “15/40”. Isto é, o modelo atualmente enxerga 40% de chance de um cenário de escassez hídrica.

Reunião

O CMSE se reúne nesta quarta-feira, 13, e deve discutir os parâmetros de aversão a risco utilizados nos modelos computacionais do setor elétrico que devem ser adotados em 2027. No ano passado, o Comitê decidiu manter para o ano de 2026 os mesmos parâmetros de aversão ao risco adotados em 2025.

“Estará em definição os custos que suportarão a segurança energética em 2027, mais objetivamente, o nível estimado de térmicas que serão utilizadas para complementariedade da geração hidrelétrica. O ponto central desse debate é a relação entre custo e benefício”, diz o manifesto.

As comercializadoras de energia, geradores de energia renovável e representação dos consumidores dizem que os parâmetros sobre risco já resultam em custo de R\$ 51,6 bilhões em geração termelétrica, para assegurar o atendimento do sistema mesmo em cenário hidrológico extremamente adverso.

“A contratação ou despacho adicional que elevaria esse montante em R\$ 5,4 bilhões não encontra justificativa técnica ou econômica consistente. Trata-se de custo incremental elevado, associado a benefício marginal reduzido”, aponta o manifesto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

ENERGIA – ANEEL SUSPENDE UNIDADES GERADORAS EM MG

Fortes chuvas de fevereiro impactaram operações na Usina Hidrelétrica Paciência

Do Estadão Conteúdo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou nesta segunda-feira, 11, o despacho de suspensão da operação comercial das unidades geradoras (UG1 a UG3) da Usina Hidrelétrica Paciência, operada pela Cemig Geração Sul. A localização é no município de Matias Barbosa, no Estado de Minas Gerais (MG).

Em fevereiro de 2026, a área de usina foi impactada por fortes chuvas. O excesso de detritos carregados pelo rio provocou entupimento das grades de adução, o que interrompeu a capacidade de geração da Usina.



A Cemig Geração Sul solicitou, em abril, que a operação comercial das unidades Geradoras 01 a 03 da UHE Paciência não fosse suspensa de imediato. A empresa defendeu que foram adotadas todas as medidas possíveis.

“Trata-se claramente de situação extraordinária cujos efeitos não tinham como ser impedidos ou evitados pela Cemig Geração Sul a despeito da mais diligente operação e manutenção da UHE Paciência”, afirmou a Cemig em carta encaminhada à Aneel em 10 de abril.

A Aneel também publicou despacho de liberação da unidade geradora UG10, de 4.500,00 kW (quilowatt) de capacidade instalada, da EOL Ventos de São Rafael 11 - em Campo Redondo-RN.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

ENERGIA – LUZ PARA TODOS TERÁ NOVA EXPANSÃO EM ÁREAS

Programa federal passa a priorizar famílias vulneráveis, povos tradicionais e serviços comunitários em regiões sem acesso à energia

Da Agência Brasil

O programa Luz para Todos vai ampliar ainda mais seu alcance, levando energia elétrica para áreas rurais e regiões remotas da Amazônia Legal. É o que prevê o decreto 12.964, publicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Diário Oficial da União de segunda-feira (11).

A eletrificação será feita “com vistas ao fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico local, à geração de trabalho e renda, à segurança alimentar e à inclusão produtiva das populações beneficiárias”.

Concebido pelo governo federal com o objetivo de universalizar o fornecimento de energia em especial a grupos prioritários, infraestruturas comunitárias e produtivas, de forma a favorecer o desenvolvimento local nas regiões atendidas, o Luz para Todos apoia também a qualificação de mão de obra local ligada à prestação do serviço.

De acordo com o texto publicado, o programa passa a priorizar o atendimento a famílias chefiadas por mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), famílias com pessoas com deficiência, idosos dependentes ou beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Prioriza também assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, agricultores familiares e povos tradicionais além de “comunidades localizadas em unidades de conservação ou impactadas diretamente por empreendimentos de geração ou de transmissão de energia elétrica”.

Além de residências, o Luz para Todos atenderá infraestruturas públicas e coletivas, como as de serviços de conectividade à internet, sistemas de abastecimento de água, equipamentos de assistência social e estruturas comunitárias de segurança alimentar.

O texto prevê, ainda, que os atendimentos busquem soluções energéticas adequadas às especificidades territoriais, sociais, culturais, ambientais e logísticas do meio rural e das regiões remotas da Amazônia Legal, “observados os princípios da sustentabilidade, da eficiência energética e da descarbonização, do respeito aos modos de vida locais e da preservação do bioma Amazônia”.

A nova legislação estabelece regras para os atendimentos, entre elas a observância das normas ambientais aplicáveis. Também determina que os prestadores do serviço respeitem direitos, modos de vida e organização social das populações locais.

Por fim, coloca como prioridade a busca por “soluções que contribuam para a redução da pobreza energética e das desigualdades regionais no meio rural e em regiões remotas da Amazônia Legal”.



O prazo de execução do programa para áreas rurais foi ampliado até dezembro de 2028 (com encerramento financeiro até 2029).

Segundo o Planalto, desde 2003, ano de criação do Luz para Todos, cerca de 3,8 milhões de famílias foram beneficiadas em todo o país, o que representa um alcance aproximado de 17,9 milhões de pessoas.

“Apesar dos avanços, levantamentos do Ministério de Minas e Energia indicam que ainda existem cerca de 238 mil famílias sem acesso à energia elétrica, sobretudo em áreas rurais e regiões remotas da Amazônia Legal”, informou a Casa Civil.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o programa conta com um orçamento de R\$ 2,57 bilhões para 2026, destinado ao atendimento de até 122 mil novas famílias.

Somados aos recursos já previstos, os investimentos totalizam R\$ 6 bilhões neste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

AGRONEGÓCIO - LULA SANCIONA LEI QUE DEFINE PERCENTUAL MÍNIMO DE CACAU NOS CHOCOLATES

Nova legislação estabelece critérios técnicos para derivados de cacau e obriga informação sobre teor do ingrediente nos rótulos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.404, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados no território nacional. A norma foi publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira (11).

A nova legislação define as características técnicas de produtos derivados do cacau. De acordo com a Lei, os nibs de cacau são definidos como os cotilédones limpos da amêndoa de cacau. Já a massa, pasta ou liquor de cacau corresponde ao produto obtido a partir da transformação das amêndoas limpas e descascadas. A manteiga de cacau é caracterizada como a fração lipídica extraída da massa de cacau.

O cacau em pó passa a ser definido como o produto obtido pela pulverização da massa sólida resultante da prensagem da massa de cacau, contendo, no mínimo, 10% de manteiga de cacau em relação à matéria seca e, no máximo, 9% de umidade.

A legislação também estabelece que o cacau solúvel é o produto obtido a partir do cacau em pó acrescido de ingredientes que promovam a solubilidade em líquidos. O chocolate em pó deverá conter, no mínimo, 32% de sólidos totais de cacau.

Para ser classificado como chocolate, o produto deverá conter, no mínimo, 35% de sólidos totais de cacau, sendo pelo menos 18% de manteiga de cacau e 14% de sólidos isentos de gordura. O uso de outras gorduras vegetais autorizadas fica limitado a 5% do total do produto.

A norma também contempla definições específicas para chocolate ao leite, chocolate branco, achocolatado, bombom de chocolate ou chocolate recheado e chocolate doce.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026



INDÚSTRIA – PEQUENA INDÚSTRIA TEM PIOR DESEMPENHO DESDE A PANDEMIA, APONTA CNI

Produção, emprego e uso da capacidade caem no primeiro trimestre em meio a juros altos, crédito restrito e aumento dos custos

Da Agência Brasil

O desempenho das pequenas indústrias brasileiras atingiu o pior nível desde a pandemia de Covid-19, segundo pesquisa divulgada nesta segunda-feira (11) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O levantamento mostra piora na produção, nas condições financeiras e na confiança dos empresários ao longo do primeiro trimestre de 2026.

De acordo com a pesquisa Panorama da Pequena Indústria, juros elevados, dificuldade de acesso ao crédito e aumento no custo das matérias-primas têm afetado diretamente as empresas de pequeno porte.

O índice que mede o desempenho das pequenas indústrias caiu para 43,7 pontos no primeiro trimestre deste ano.

Foi o menor resultado desde o segundo trimestre de 2020, período mais crítico da pandemia, quando o indicador chegou a 34,1 pontos.

O levantamento considera três fatores principais:

- Volume de produção;
- Uso da capacidade das fábricas;
- Número de empregados.

Na prática, o resultado indica que pequenas empresas estão produzindo menos, utilizando menos sua estrutura e contratando menos trabalhadores.

A situação financeira das pequenas indústrias também piorou. O índice que mede as condições financeiras caiu 2,5 pontos e chegou a 39 pontos, pior marca dos últimos cinco anos.

Esse indicador avalia:

- Acesso ao crédito;
- Margem de lucro;
- Satisfação dos empresários com a situação financeira.

Em nota, a analista da CNI Julia Dias afirma que os juros altos dificultam ainda mais o financiamento para pequenas empresas, consideradas de maior risco pelos bancos. Segundo ela, o aumento no preço de insumos e matérias-primas, influenciado pela guerra no Oriente Médio, também reduziu a margem de lucro das indústrias.

A pesquisa mostra que o custo das matérias-primas se tornou uma das maiores preocupações do setor. Nas pequenas indústrias de transformação, o problema saltou da sexta para a segunda posição entre os principais entraves. O percentual de empresários que citaram a dificuldade passou de 20% para 34,1% em apenas um trimestre.

Entre as pequenas empresas da construção civil, a preocupação com falta ou alto custo de insumos avançou de 4,1% para 18,1%.

Com isso, o tema saiu da 13ª para a 5ª posição entre os principais problemas do setor.

A elevada carga tributária segue como principal dificuldade apontada pelas pequenas indústrias, apesar de ter perdido um pouco de força na comparação com o fim de 2025.



No setor da construção, os juros altos aparecem como o segundo maior problema enfrentado pelas empresas.

A preocupação com as taxas de juros subiu de 30,9% para 37,1% entre os empresários do segmento.

Segundo a CNI, os juros encarecem financiamentos, reduzem investimentos e dificultam o crescimento das pequenas empresas.

A confiança dos empresários também continua em queda. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) das pequenas empresas ficou em 44,6 pontos em abril, menor nível desde junho de 2020.

O indicador está abaixo da linha de 50 pontos há 17 meses consecutivos, o que demonstra predominância de pessimismo no setor.

As expectativas para os próximos meses seguem cautelosas. O índice de perspectivas da pequena indústria marcou 47,4 pontos, indicando visão moderada dos empresários sobre demanda, produção, contratações e investimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

INDÚSTRIA – JUSTIÇA CONDENA VOLKSWAGEN A PAGAR R\$ 15 MILHÕES POR FRAUDE AMBIENTAL

Sentença aponta uso de software para burlar testes de emissão de poluentes em mais de 17 mil picapes Amarok produzidas no Brasil

Da Agência Brasil

A Justiça Federal condenou a Volkswagen do Brasil a pagar R\$ 15 milhões em danos morais coletivos em razão de fraudes na homologação ambiental de veículos a diesel produzidos no país em 2011 e 2012.

A sentença, publicada no último dia 5, foi motivada por uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) contra a empresa. Cabe recurso.

De acordo com o MPF, em mais de 17 mil unidades da picape Amarok fabricadas no período, a montadora embutiu um software que burlava testes de emissão de poluentes e, dessa forma, viabilizou a comercialização de automóveis que lançavam óxidos de nitrogênio em níveis acima do permitido no país.

“O nexo causal entre a conduta da ré – instalação deliberada de defeat device [software que burlava testes] – e o dano ambiental coletivo está claramente demonstrado. A conduta da ré foi a causa direta da obtenção fraudulenta das LCVMs [licenças ambientais], da circulação de veículos não conformes e do consequente excesso de emissões de NOx [óxidos de Nitrogênio] no período de uso”, diz o texto da sentença do juiz federal substituto da 12ª Vara Cível Federal de São Paulo, Maurílio Freitas Maia de Queiroz.

De acordo com o magistrado, a alegação da Volkswagen do Brasil de que não participou do desenvolvimento do software, sendo esta responsabilidade da matriz alemã, “não exclui sua responsabilidade”.

Procurada, a empresa ainda não se manifestou. O espaço está aberto para publicação do posicionamento da Volkswagen do Brasil.

O MPF recorreu da decisão para que o valor da punição estabelecida seja dobrado. “Nos pedidos originais, o MPF já requeria a fixação de R\$ 30 milhões para indenização”, disse o órgão em nota.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

BRASIL EXPORT - HIDROVIAS DO CONE SUL ESTARÃO NOS DEBATES DO MERCOSUL EXPORT

Fórum do Grupo Brasil Export reunirá autoridades e executivos em Buenos Aires para discutir integração logística, portos, ferrovias e navegação regional

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



No painel “Hidroviias como eixo de transformação regional” haverá uma apresentação em vídeo do secretário nacional de Hidroviias e Navegação do Brasil, Otto Burlier

As hidroviias do Cone Sul e o papel da navegação interior na integração logística regional estarão no centro dos debates da quarta edição do Mercosul Export, fórum promovido pelo Grupo Brasil Export que será realizado nesta quinta e sexta-feira (14 e 15), na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, na Argentina. O evento reunirá autoridades, executivos, representantes do setor portuário e especialistas em infraestrutura, logística, energia e transporte dos países do Mercosul.

O painel “Hidroviias como eixo de transformação regional” está marcado para as 11h45 de quinta-feira e deve discutir os desafios e oportunidades para ampliar o uso da navegação hidroviária como ferramenta de integração econômica e competitividade logística na América do Sul. A mediação será da presidente do Conselho LATAM Export, Raquel Kibrit, e haverá apresentação em vídeo do secretário nacional de Hidroviias e Navegação do Brasil, Otto Burlier.

Participam do debate Angelo Maranhão, diretor institucional de Navegação do Grupo ATEM; Guillermo Pagliettini, diretor executivo da Cámara Argentina de Vías Navegables y Dragados Ambientales; Diego Azqueta, general manager da Interbarge; Guillermo Valles, ex-embaixador do Uruguai e especialista em hidroviias; e Sebastian Creta, gerente de operações da Rocktree.

A programação do Mercosul Export começa às 9h30 com uma sessão solene de abertura que reunirá representantes diplomáticos, autoridades regulatórias e dirigentes do setor portuário e logístico do Brasil, Argentina e Uruguai. Entre os participantes previstos estão o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião; o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Alex Azevedo; o presidente da Administración Nacional de Puertos do Uruguai, Pablo Genta; e representantes da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, da Armada Nacional do Uruguai e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Ao longo do dia, o fórum terá debates sobre integração ferroviária, competitividade logística, portos, energia, mineração e corredores multimodais. A programação inclui ainda uma edição do InfraJur, encontro voltado ao direito da infraestrutura, com participação de especialistas do setor jurídico e portuário.

Entre os painéis previstos estão discussões sobre os desafios da malha ferroviária do Cone Sul, a conectividade regional e o papel dos portos sul-americanos nas cadeias de suprimento, além dos impactos logísticos para os setores de energia e mineração.

Também está prevista uma palestra sobre o papel da BR-277 e da Nova Ferroeste em um novo corredor multimodal transcontinental, apresentada por Alex Azevedo, da ANTT, além de uma exposição sobre o cenário regulatório portuário argentino, conduzida pelo consultor Luis Claudio Montenegro.

O segundo dia do evento será dedicado a visitas técnicas. Os participantes irão conhecer as instalações da DPW Terminales Río de la Plata e o hub logístico da Andreani, em Pacheco, incluindo atividades de imersão operacional e networking com executivos do setor logístico argentino.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/05/2026

BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO FÓRUM MERCOSUL EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO FÓRUM MERCOSUL EXPORT 2026

SUJEITA A ALTERAÇÕES

14 | MAIO | QUINTA-FEIRA

09h15 Credenciamento e boas-vindas na Embaixada

09h30 Sessão solene de abertura. Presenças: Fabrício Julião, CEO do Grupo Brasil Export, Cláudia Regina Leão do Nascimento Thomaz, Adida Tributária e Aduaneira junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires; Carlos Fernando Gallinal Cuenca, Ministro na Embaixada do Brasil em Buenos Aires; Almirante José Luiz Elizondo, Comandante Chefe da Armada Nacional do Uruguai; Inaki Arreseygor, Diretor Executivo Agência Nacional de Portos e Hidrovias da Argentina (ANPH) – a confirmar; Alex Azevedo, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Pablo Genta, Presidente da Administración Nacional de Puertos del Uruguay; Gilmara Timóteo, Diretora-Executiva da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH); José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Grupo Brasil Export; Joel Julius, Presidente do Conselho Internacional do Grupo Brasil Export; Djalma Vilela, Presidente do Conselho do Mercosul Export; Rafael Laurentino, Chefe do Departamento de Integração Física e Digital da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

10h30 InfraJur – Encontro de Direito de Infraestrutura da Logística, Energia e Mineração >> Apresentação de Celso Peel, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Brasil Export e Desembargador do TRT da 2a. Região no Brasil. Participações da dra. Luciana Fuschini, membro do Consad do Porto de Santos, e do dr. Fabio Silveira, Sócio do Gallotti Advogados

11h00 Dinâmica: Desafios e soluções para integração da malha ferroviária do Cone Sul
Moderação: Bruno Merlín, Diretor de Comunicação do Fórum Brasil Export

Apresentação: Aluísio Sobreira, Diretor da Mercos Shipping e consultor do setor logístico

Painelistas: Paulo Bertinetti, Diretor-Geral do TECON Rio Grande – Wilson Sons; José Villafaña, Secretário-Geral da Asociación Latinoamericana de Ferrocarriles (ALAF)

11h45 Painel: Hidrovias como eixo de transformação regional. Moderação: Raquel Kibrit, Presidente do Conselho LATAM Export. Apresentação (em vídeo): Otto Burlier, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação do Brasil. Debatedore: Angelo Maranhão, Diretor Institucional de Navegação do Grupo ATEM; Guillermo Pagliettini, Diretor Executivo da Cámara Argentina de Vías Navegables y Dragados Ambientales; Diego Azqueta, General Manager da Interbarga; Guillermo Valles, Ex-embaixador do Uruguai, membro do Mercosul Export e especialista em hidrovias; Sebastian Creta, Gerente de Operações da Rocktree

12h45 Almoço

14h00 Painel: Conectividade regional e o papel de portos e terminais na competitividade das cadeias de suprimento sul-americanas. Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da

Rede BE News. Debatedores: Mónica Litza, Presidenta del Consorcio de Gestión del Puerto Dock Sud; Paulo Bertinetti, Diretor-Geral do TECON Rio Grande – Wilson Sons; Regis Prunzel, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp); Ricardo Arten, CEO do Porto Itapoá

15h00 Palestra: O papel da BR-277 e da Nova Ferroeste em um novo Corredor Multimodal Transcontinental. Apresentação: Alex Azevedo, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres do Brasil (ANTT)

15h30 Painel: Integração logística como vetor de competitividade regional. Moderação: Marcela Cunha, Diretora-Executiva da ABOL. Debatedores: Djalma Vilela, Presidente da Multilog, da ABEPRA e do Conselho do Mercosul Export; Fabio Siccherino, CEO da DPW Brasil; Iván Martín Amas, Diretor de Negócios da Andreani; Ricardo Buterí, Diretor Comercial da Santos Brasil

16h30 Palestra: Concorrência ou ganho de escala nos portos da Argentina? | O dilema regulatório 30 anos depois. Apresentação: Luis Claudio Montenegro, consultor portuário.

16h45 Painel: Energia e mineração | Desafios logísticos para distribuição e comercialização integrada. Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News. Debatedores: Daniel Montiel, Presidente da Comisión Administradora Del Río de la Plata; Darlan Carvalho, Presidente da LHG Mining; Flávio Ribeiro, Presidente da Associação Brasileira de Bunker (Abrabunker); Pablo Genta, Presidente da Administración Nacional de Puertos del Uruguay; Sergio Araujo, Presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (ABICOM)

17h45 Palavras de encerramento e balanço geral do fórum. Participação: Guillermo Valles, Ex-embaixador do Uruguai, membro do Mercosul Export e especialista em hidrovias; Joel Julius, Presidente do Conselho Internacional do Grupo Brasil Export; Djalma Vilela, Presidente da Multilog, da ABEPRA e do Conselho do Mercosul Export

18h00 Encerramento

15 | MAIO | SEXTA-FEIRA

08h00 Embarque no Casasur Recoleta

08h15 Chegada à DPW – Terminales Río de la Plata

08h30 Recepção, apresentação e visita às instalações

10h00 Saída da DPW – Terminales Río de la Plata

10h45 Chegada ao Hub Logístico Andreani (Planta Pacheco)

12h00 Imersão no Espaço de Experiência Andreani CIT

12h30 Almoço oferecido pela Andreani (BBQ entre panes y networking)

14h00 Encerramento

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - MERCOSUL-UE: SECEX APROVA LICENÇAS

Secretaria de Comércio Exterior já liberou oito licenças para compra e venda de produtos dentro do acordo com o bloco europeu

Do Estádio Conteúdo



O vice-presidente Geraldo Alckmin disse que o Brasil quer fortalecer ainda mais a parceria com a União Europeia

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) já aprovou oito licenças de exportação de produtos brasileiros a países da União Europeia e seis licenças de importação para produtos europeus contemplados pelas cotas tarifárias previstas no acordo Mercosul-União Europeia (UE).

A pasta divulgou nesta segunda-feira, 11, que as licenças expedidas desde a entrada em vigor do acordo, em 1º de maio de 2026, até o dia 10 de maio, correspondem a operações de carne bovina fresca, carne bovina congelada, carne de aves desossada, cachaça, entre outras. No caso da carne de aves desossada e da cachaça, as exportações vão ingressar na União Europeia com tarifa zero dentro das cotas previstas no acordo.



Já a carne bovina passa a contar com duas frentes de acesso preferencial ao mercado europeu. A chamada Cota Hilton, mecanismo histórico já existente antes do acordo, previa tarifa de 20% para cortes nobres brasileiros. Com a entrada em vigor do tratado, essa tarifa foi reduzida a zero.

Além disso, o acordo criou uma nova cota de 99 mil toneladas compartilhada entre os países do Mercosul. Antes do acordo, as exportações fora da Cota Hilton estavam sujeitas à tarifa de 12,8% mais € 304,10 por 100 kg. Agora, passam a recolher tarifa intracota de 7,5%.

Importações

No caso das importações, as seis licenças emitidas autorizam operações de chocolates, tomates e queijos originários da União Europeia. Para os queijos, já há redução tarifária inicial prevista no acordo, com a alíquota passando de 28% para 25,2% dentro da preferência negociada. Para produtos como tomate e chocolate, as reduções tarifárias ocorrerão de forma progressiva a partir de 2027, mantendo-se, neste primeiro ano de vigência (“ano zero”), as mesmas tarifas atualmente aplicadas.

Desde 1º de maio, a maior parte do comércio entre os dois blocos passou a operar com redução ou eliminação tarifária, sem restrições quantitativas e sem necessidade de utilização de cotas. Por isso, mais de 5 mil linhas tarifárias, o equivalente a 54,3% do universo tarifário, já passaram a contar com tarifa zero para ingresso na União Europeia. No Mercosul, 1.152 linhas tarifárias, equivalentes a 11% do total, também já operam com tarifa zero para produtos europeus.

Juntos, os dois blocos reúnem cerca de 720 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente US\$ 22,4 trilhões.

Encontro

Na semana passada, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, recebeu em Brasília integrantes da Delegação para Relações com o Brasil do Parlamento Europeu. No encontro, foram discutidos o fortalecimento das relações entre Brasil e União Europeia e os próximos passos do acordo entre Mercosul e o bloco.

Alckmin destacou a importância estratégica da parceria, segundo maior parceiro comercial do Brasil. Em 2025, a corrente de comércio entre Brasil e União Europeia chegou a US\$ 100 bilhões.

“A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Temos aqui empresas de toda a Europa no nosso país e queremos fortalecer essa boa parceria entre o Brasil, o Mercosul e a União Europeia”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL ATINGE 50% DA COTA DE CARNE PARA A CHINA

Caso o limite seja ultrapassado, os exportadores terão de arcar com custos adicionais

Do Estadão Conteúdo

O Ministério do Comércio da China (MOFCOM) informou oficialmente no domingo, 10, que as importações de carne bovina provenientes do Brasil atingiram, no sábado, 9, a marca de 50% da cota anual estabelecida para 2026.

Segundo o comunicado nº 32/2026 do Departamento de Remédios Comerciais, o volume alcançado refere-se ao limite definido no anúncio ministerial de 2025.

O governo chinês alertou que, uma vez preenchida a totalidade da cota (100%), será aplicada uma sobretaxa de 55% sobre a tarifa de importação vigente, com início a partir do terceiro dia após o esgotamento do teto.

A velocidade das vendas levanta preocupações sobre o cenário “pós-cota” para a pecuária brasileira.

Caso o limite seja ultrapassado, os exportadores terão de arcar com o custo adicional de 55%, além de 12% de imposto de importação e 9% de IVA (tributo interno chinês), o que tornaria o escoamento do grande volume inviável.

O anúncio de Pequim confirma o ritmo acelerado de consumo da cota, que para este ano foi fixada em 1,106 milhão de toneladas - um volume aproximadamente 35% menor do que as 1,7 milhão de toneladas que o Brasil exportou para o mercado chinês em 2025.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/05/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - NETWAVING E A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES PROFISSIONAIS MAIS GENUÍNAS



CLARA LAFACE

Consultora de imagem corporativa e escritora

opinio@portalbenews.com.br

O networking é uma das soft skills mais valorizadas dos últimos anos. Já falei neste espaço sobre como construir uma rede de relacionamentos com estratégia e intenção. Mas muitos ainda têm resistência de colocar em prática. Acreditam que serão lidos como interesseiros. Sim, muitos realmente levam o networking visando somente interesses pessoais, mas essa não é a essência. E se eu disser que existe um outro conceito que foca mais no outro do que em si próprio? Estou falando do netweaving.

O termo surgiu no início dos anos 2000 e foi associado ao consultor norte-americano Robert S. Littell, autor do livro *The Heart and Art of NetWeaving: Building Meaningful Relationships One Connection At a Time*, publicado em 2003. A própria formação da palavra já carrega o sentido da proposta: “net”, de rede, e “weaving”, de tecer. Não se trata apenas de reunir contatos, mas de tecer relações com cuidado e continuidade.

Littell propõe uma abordagem mais focada na generosidade, na escuta ativa e na reciprocidade. E o mais importante: ele não tem a intenção de eliminar o networking. Ele quer reposicionar essa prática para que ela vise mais ao relacionamento genuíno do que à busca somente por benefícios próprios. Acredita que a construção de relações genuínas e sólidas é o fundamento para relações profissionais consistentes e para uma mudança na maneira de pensar e fazer negócios.

Para quem ainda tem como máxima “qual vantagem eu vou obter?”, não há muito espaço para a prática do netweaving. Nesse novo olhar sobre como construir relações, o principal é: “como posso ser útil nessa relação?”. Partindo dessa perspectiva, você desloca o centro do “eu” e passa a operar como “nós”. E aqui entram uma série de fatores que podem ajudar a, digamos, navegar pelos ambientes, como conhecimento sobre suas capacidades e sobre quais soluções a sua empresa ou expertise pode oferecer ao outro. E tudo isso sem visar a uma possível vantagem financeira ou relacional imediata.

É importante destacar que a humanização não vai de encontro à ambição de querer alavancar a empresa ou o cargo que ocupa. Você pode e, com toda certeza, terá mais oportunidades na sua vida e nos negócios. Qualquer relação se sustenta na base da confiança, não pelo interesse por interesse. E essa confiança é percebida na maneira como alguém escuta, compartilha informações e conhecimentos, tem interesse pela história de vida do outro e não transforma cada contato em performance para mostrar nas redes sociais.

Algumas atitudes são muito simples para começar a colocar essa habilidade comportamental em prática. Identificou duas pessoas da sua relação pessoal que possuem sinergia de valores? Apresente-as no próximo encontro ou marque um almoço com ambas. Traga um conteúdo para as suas redes sociais não pensando somente se ele vai viralizar ou angariar mais clientes; pense em como ele pode ajudar alguém — e, nas redes sociais, essa ajuda é amplificada em níveis

inimagináveis. Alguém da sua equipe está passando por um problema pessoal? Ofereça ajuda ou saiam para tomar um café e dê espaço para essa pessoa ver que tem ali um ponto de apoio.

Esses são só alguns exemplos de como pequenas atitudes transformam a maneira como você passa a operar e enxergar as relações. É nessas ações cotidianas que a confiança e a credibilidade são construídas, e não somente em uma grande entrega.

É justamente por isso que o conceito dialoga tão bem com liderança. A autoridade formal já não basta para sustentar influência duradoura. Líderes são observados não apenas pelo que entregam, mas pela forma como fazem os outros se sentirem, se desenvolverem e se conectarem. Quando um líder atua como alguém que aproxima pessoas, compartilha oportunidades e fortalece a rede ao redor, ele passa a ser percebido como um catalisador de crescimento.

O mesmo raciocínio vale para profissionais que não estão em cargos de liderança. Cada decisão e interação sua constrói, na mente do outro, uma percepção. Essa percepção sobre a sua singularidade representa a expressão da sua marca pessoal. Nesse sentido, o netweaving funciona como uma prática de posicionamento, porque transforma a maneira como uma pessoa é percebida pela rede: não apenas como alguém competente, mas como alguém confiável, generoso e coerente.

O aspecto mais interessante do netweaving é justamente sua humanidade. Em um cenário em que a pressão incentiva relações utilitárias e a lógica da performance invade quase tudo, o conceito resgata a ideia de que o vínculo também é um ativo profissional. Não como ferramenta de manipulação, mas como espaço de troca. O valor de uma rede está na qualidade da confiança que circula entre elas.

Falar de netweaving é falar de uma mudança de cultura. É reconhecer que crescimento profissional não precisa ser construído à custa do outro, mas pode surgir junto com o fortalecimento do outro. É entender que relações saudáveis produzem oportunidades mais consistentes do que conexões apressadas. De que maneira o seu posicionamento melhora a vida, o trabalho ou o caminho de quem cruza com você? A partir dessa resposta, talvez fique mais claro que construir uma rede não é apenas sobre ampliar contatos, mas sobre a qualidade das relações que você ajuda a sustentar.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras.

“PARA QUEM AINDA TEM COMO MÁXIMA “QUAL VANTAGEM EU VOU OBTER?”, NÃO HÁ MUITO ESPAÇO PARA A PRÁTICA DO NETWEAVING. NESSE NOVO OLHAR SOBRE COMO CONSTRUIR RELAÇÕES, O PRINCIPAL É: “COMO POSSO SER ÚTIL NESTA RELAÇÃO?”. PARTINDO DESSA PERSPECTIVA, VOCÊ DESLOCA O CENTRO DO “EU” E PASSA A OPERAR COMO “NÓS””

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

FINANÇAS – PREVISÃO DE INFLAÇÃO SOBE PARA 4,91%

Ainda sob impactos da guerra no Irã, projeção do mercado financeiro para este ano continua acima do teto do Banco Central

Da Agência Brasil



Para 2027, a projeção da inflação permaneceu em 4%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,64% e 3,5%, respectivamente líquidos em março

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,89% para 4,91% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (11), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.



Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela nona semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em março, a alta dos preços em transportes e alimentação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,88% – ante 0,7% em fevereiro. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,14%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para 2027, a projeção da inflação permaneceu em 4%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,64% e 3,5%, respectivamente.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, na semana passada, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

Em ata, o colegiado não deu pistas sobre a evolução dos juros. No documento o BC informou que está monitorando o conflito e os efeitos de um possível prolongamento sobre a inflação. O próximo encontro do Copom para definir a Selic será nos dias 16 e 17 de junho.

Nesta edição do Focus, a estimativa dos analistas de mercado para a taxa básica até o fim de 2026 permaneceu em 13% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida para 11,25% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 10% ao ano.

PIB e câmbio

Nesta edição do boletim do Banco Central, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permaneceu em 1,85%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) variou de 1,75% para 1,76%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os próximos dois anos.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, de acordo com o IBGE. Com expansão em todos os setores e destaque para a agropecuária, o resultado representa o quinto ano seguido de crescimento.

No Focus desta semana, a previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,20 para o final deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,30.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

FINANÇAS – DÓLAR FECHA A R\$ 4,89. IBOVESPA RECUA 1,19%

Do Estadão Conteúdo

Após passar a tarde rondando a estabilidade, o dólar encerrou a sessão desta segunda-feira, 11, cotado a R\$ 4,8914 (-0,05%). Com a ausência de progresso nas negociações de paz entre Estados Unidos e Irã, houve certa aversão ao risco no exterior, o que afastou investidores de divisas emergentes. O real resistiu bem à maré externa negativa, amparado em parte pelo avanço dos preços do petróleo e pela taxa de juros local elevada.

Operadores ressaltam que a liquidez foi bem reduzida, o que revela falta de apetite por apostas mais contundentes. Embora as perspectivas para a moeda brasileira sigam positivas, é provável que haja uma pausa para ajustes técnicos, dado que o dólar rompeu o piso de R\$ 4,90 na última sexta-feira, 8, algo não visto desde meados de janeiro de 2024, e já acumula baixa de mais de 10% no ano.

“O dia foi de cautela diante do impasse nas negociações de paz entre Estados Unidos e Irã”, afirmou a economista-chefe para América Latina da Coface, Patricia Krause.

Já o Ibovespa retornou ao nível de 27 de março, com queda de 1,19% nesta segunda-feira. Na B3, o forte desempenho dos carros-chefes das commodities, Petrobras (ON +1,40%, PN +1,66%) e Vale (ON +2,41%), não foi o suficiente para compensar a correção acentuada no setor financeiro, o segmento de maior peso no Ibovespa. No fechamento, Itaú PN -2,25%, BTG Unit -2,88%, Santander Unit -2,52%, Bradesco ON -2,29% e PN -2,69%.

Na ponta perdedora do Ibovespa, C&A -7,69%, Cogna -6,38% e Rede D'Or -6,11%. No lado oposto, além de Vale, apareceram Minerva (+4,88%) e Braskem (+2,34%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

JUSTIÇA – NUNES SERÁ RELATOR DE REVISÃO CRIMINAL

Nova ação protocolada pela defesa de Jair Bolsonaro tenta anular condenação do ex-presidente no STF

Do Estadão Conteúdo



Advogados de Bolsonaro alegam que o julgamento realizado pela Primeira Turma do STF foi irregular

O ministro Kassio Nunes Marques foi sorteado nesta segunda-feira 11, relator do pedido de revisão criminal apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF). A ação foi protocolada na última sexta-feira, 8, e busca anular a condenação de 27 anos de prisão imposta ao ex-presidente por tentativa de golpe de Estado.

O sorteio não contou com os nomes de Cristiano Zanin, Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia, nomes da Primeira Turma, que julgou Bolsonaro. Além disso, Luiz Fux, integrante da Segunda Turma, mas que também participou do julgamento antes da transferência, também ficou de fora.

Na petição enviada ao STF, os advogados pedem a absolvição de Bolsonaro dos crimes contra o Estado Democrático de Direito e alegam que o julgamento realizado pela Primeira Turma da Corte foi irregular. O documento tem 90 páginas.

A revisão criminal é assinada pelos advogados Marcelo Bessa e Thiago Lôbo Fleury, ex-assessor do ministro Luiz Fux no Supremo. Fux integrava a Primeira Turma durante o julgamento e votou pela absolvição de Bolsonaro.

Um dos advogados do ex-presidente afirmou ao Estadão que a ação não tem relação com a nova lei da dosimetria aprovada pelo Congresso, que pode reduzir penas de condenados pelos atos golpistas. “A questão da dosimetria deve ser tratada na execução penal e a aplicação da nova lei ocorre no âmbito da execução. Revisão criminal não é recurso. É ação que busca reparar violações legais, dentre outros motivos, em uma ação penal transitada em julgado”, disse Bessa.

O processo que resultou na condenação do ex-presidente foi relatado pelo ministro Alexandre de Moraes. Os advogados ainda pedem manifestação da Procuradoria-Geral da República sobre a ação.

Caso esses pedidos para anulação do caso não sejam acolhidos, a defesa de Bolsonaro requer a absolvição completa do ex-presidente de todos os crimes envolvendo a trama golpista imputados a ele.



A revisão

Os advogados pedem a revisão das condenações por organização criminosa armada, golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Segundo a defesa, não houve demonstração concreta de participação individual de Bolsonaro, nem atos executórios que comprovassem tentativa de depor o governo democraticamente eleito com o uso de violência ou grave ameaça.

O pedido inclui também o afastamento das acusações relacionadas aos atos de 8 de janeiro de 2023, como os crimes de dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. A justificativa é de que não há provas de autoria, participação, instigação ou vínculo subjetivo de Bolsonaro com os executores dos ataques à sede dos Três Poderes.

Ao final, os advogados pedem autorização para apresentar e usar todas as provas permitidas pela lei para tentar comprovar os argumentos da defesa no processo.

Em setembro do ano passado, a Primeira Turma do STF condenou Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

JUSTIÇA - STF TEM MAIORIA CONTRA ANÁLISE DO INSS

Ministros se posicionam contra a “revisão da vida toda” para grupo específico

Do Estadão Conteúdo

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria contra a liberação da “revisão da vida toda” do INSS para quem havia pleiteado o recálculo da aposentadoria em um período específico. O julgamento foi suspenso por pedido de destaque do presidente do Supremo, Edson Fachin - o que reinicia o placar no plenário físico, ainda sem data marcada.

Na última quarta-feira, 6, o ministro Alexandre de Moraes havia pedido vista no plenário virtual, mas em seguida o pedido foi cancelado e registrado no sistema como “lançamento indevido”.

Este é o quarto recurso que a Corte julga sobre o tema. Desta vez, o ministro Dias Toffoli votou para acolher parcialmente um pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e liberar a “revisão da vida toda” para segurados que entraram na Justiça pleiteando o recálculo do benefício entre 16/12/2019 (data de julgamento no Superior Tribunal de Justiça que havia permitido a revisão) e 05/04/2024 (data do julgamento no STF que anulou a revisão).

O ministro afirmou que recebe diariamente e-mails de segurados aposentados e pensionistas que ingressaram com ações judiciais confiando no que havia sido definido pelo STF e pelo STJ. “Essas pessoas, que organizaram suas vidas financeiras com base nessa expectativa, relatam dificuldade ou incapacidade de se reorganizar financeiramente após a alteração da jurisprudência”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

INTERNACIONAL - PROPOSTA DE PAZ DO IRÃ É UM LIXO, DIZ TRUMP

Presidente norte-americano rejeita acordo sem concessão nuclear e coloca o cessar-fogo em “estado terminal”

Do Estadão Conteúdo

O presidente Donald Trump disse na segunda-feira, 11, que o cessar-fogo com o Irã está em “estado terminal” após rejeitar a última proposta do país, que não incluía uma concessão nuclear. Questionado se a trégua ainda estava em vigor, Trump disse que o considerava “incrivelmente frágil” e em “estado terminal”.

“Eu diria que está no estado mais frágil agora, depois de ler aquele lixo que nos enviaram”, disse Trump durante uma aparição não relacionada no Salão Oval. “Eu nem terminei de ler.”



Trump afirmou que almeja uma “vitória completa” na guerra contra o Irã, apesar da pressão por um acordo de paz

O mandatário ainda afirmou que almeja uma “vitória completa” na guerra contra o Irã, em meio à crescente pressão para chegar a um acordo de paz. “Vamos ter uma vitória completa”, disse Trump.

Mais cedo, o Irã classificou como “generosa e responsável” a proposta apresentada por Teerã para encerrar a guerra com os Estados Unidos, após o presidente Donald Trump rejeitar publicamente os termos iranianos. A declaração foi divulgada pela agência Reuters.

“Nossa reivindicação é legítima: exigir o fim da guerra, o levantamento do bloqueio e da pirataria dos EUA e a liberação dos ativos iranianos congelados injustamente devido à pressão americana”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, Esmail Baghaei, nesta segunda-feira, 11.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

INTERNACIONAL - DELCY DESCARTA ANEXAÇÃO DA VENEZUELA

Líder interina rejeita ideia de Trump de tornar o país o 51º estado dos EUA

Do Estadão Conteúdo

A presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, afirmou nesta segunda-feira, 11, que Caracas jamais cogitou se tornar o 51º estado dos Estados Unidos, rebatendo declarações recentes do presidente norte-americano, Donald Trump.

Questionada por uma jornalista da emissora estatal venezuelana Telesur sobre a sugestão de Trump, Delcy descartou qualquer possibilidade de aproximação desse tipo com Washington.

“Isso jamais seria considerado porque, se há algo que une os venezuelanos, é o amor pelo nosso processo de independência”, afirmou. “Continuaremos defendendo nossa integridade, soberania e independência. Nossa história é marcada por homens e mulheres que deram suas vidas para que fôssemos um país livre, e não uma colônia”, declarou.

A declaração foi feita após uma audiência na Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal tribunal da ONU.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026

INTERNACIONAL - ONU: LULA REAFIRMA APOIO A BACHELET

Presidente diz que a ex-líder chilena tem credenciais para comandar a entidade

Do Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou apoio à candidatura da ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, à Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Na rede social X, o presidente afirmou que Bachelet possui as credenciais para comandar a ONU por causa de sua experiência no comando do governo chileno e de seu conhecimento das funções da entidade.

“Sua experiência como chefe de Estado e profunda conhecedora da ONU a credencia a ser a primeira mulher latino-americana a liderar a organização”, afirmou Lula.

Bachelet se reuniu com Lula no Palácio do Planalto nesta segunda-feira, 11. Na postagem, o presidente disse que discutiu com Bachelet “temas da agenda internacional e o papel que uma ONU reformada precisa ter para a promoção da paz e do desenvolvimento sustentável, bem como para o fortalecimento do multilateralismo”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/05/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

SENADO DOS EUA APROVA KEVIN WARSH PARA CONSELHO DO FED; CONFIRMAÇÃO COMO PRESIDENTE DEVE OCORRER NESTA SEMANA

Indicado por Donald Trump, novo conselheiro assume cadeira no banco central americano em meio à pressão da Casa Branca por corte de juros e críticas sobre independência

Por Bloomberg



Kevin Warsh — Foto: Tierney L. Cross/Bloomberg

O Senado dos Estados Unidos aprovou nesta terça-feira a indicação de Kevin Warsh para o conselho de governadores do Federal Reserve, o banco central do país. A votação terminou em 51 votos a 45 e garante ao novo conselheiro um mandato de 14 anos na autoridade monetária americana.

A Casa também avançou no processo para confirmar Warsh como novo presidente do Fed, substituindo Jerome Powell. A votação final para o comando da

instituição deve ocorrer ainda nesta quarta-feira. O mandato de presidente do Fed tem duração de quatro anos.

A aprovação ocorre em um momento de pressão do presidente Donald Trump para que o Fed reduza os juros americanos. O cenário, no entanto, ficou mais complexo após a inflação dos Estados Unidos acelerar em abril, impulsionada principalmente pelos preços de combustíveis, alimentos e aluguel.

A indicação de Warsh gerou resistência entre democratas, que questionam se ele manterá a independência do banco central na condução da política monetária. Parlamentares do partido também criticam ações recentes do governo Trump contra integrantes do Fed, interpretadas como tentativas de pressionar a instituição.

Durante sua sabatina no Senado, Warsh afirmou repetidamente que atuará de forma independente caso seja confirmado para a presidência do Fed.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2026

CONTRASTE DA INFLAÇÃO DOS EUA E DO BRASIL MOSTRA ARTIFICIALISMO DOS PREÇOS DA GASOLINA BRASILEIRA

Por Míriam Leitão

Os índices de inflação do Brasil e dos Estados Unidos trazem notícias preocupantes em abril. O IPCA mostra aceleração em 12 meses, encostando no teto da meta, chegando a 4,38% ante 4,14% apurados em março. Nos Estados Unidos, a taxa anualizada chegou a 3,8%, a maior em três anos, com meta de 2%. Há uma diferença gritante entre os dois índices: o peso dos combustíveis. Enquanto a inflação brasileira foi puxada pela alta sazonal dos alimentos, a alta de 50% da gasolina foi responsável pelo salto da taxa americana.

O salto na cotação do petróleo tem efeito global, pressionando a inflação mundo afora, como mostra o dado americano. Aqui no Brasil, no entanto, o que vimos foi a desaceleração do setor de transportes. O preço das passagens aéreas recuou 14,45%, devolvendo a alta do mês anterior. A gasolina subiu menos em abril do que havia subido em março: 1,86% ante 4,59%, enquanto nos EUA a alta foi de 50%. E por que isso acontece no Brasil? Porque a Petrobras está segurando os preços dos combustíveis, principalmente da gasolina, que teve uma alta global muito grande desde o começo da guerra no Irã, mas esse impacto não tem sido repassado ao consumidor brasileiro. Isso, como já expliquei aqui, cria uma situação artificial. Ou seja, mesmo que a inflação esteja desacelerando em abril em relação a março, não há qualquer garantia de que continuará sob controle. Afinal, se o barril de petróleo se mantiver no elevado patamar atual, por volta de US\$ 100, por quanto tempo será possível segurar esse repasse?

Neste momento, no Brasil, pesa sobre a inflação a sazonalidade dos alimentos, mas, quando a produção se reequilibrar, a pressão poderá vir dos custos impostos pela guerra no valor do combustível, o que impacta o frete e o aumento dos insumos para a agricultura, como fertilizantes. Ou seja, apesar de a inflação ter desacelerado em abril, o cenário não é tranquilizador aqui, muito menos nos Estados Unidos.

O IPCA de abril ainda não reflete o impacto da guerra, mas não é possível conter os efeitos de um evento tão desorganizador para a economia mundial. Tirar impostos sobre os combustíveis é uma medida que vários países estão implementando, até os Estados Unidos, mas segurar preços pode ser um risco para a Petrobras e para o Brasil.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/05/2026

FRENTES PARLAMENTARES E SETOR PRODUTIVO PEDEM APROVAÇÃO URGENTE DE PROGRAMA DE DATA CENTERS NO SENADO

Programa de incentivos do governo caducou no final de fevereiro
Por Bernardo Lima — Brasília



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

Frentes parlamentares e representantes do setor produtivo enviaram ao Congresso Nacional um pedido pela aprovação urgente do programa que prevê incentivos fiscais para data centers. A Medida Provisória (MP) que instituiu o regime especial de tributação para o setor caducou em fevereiro após não ser avaliada pelo Senado.

O manifesto conjunto de frentes parlamentares e entidades representativas da indústria e tecnologia faz um apelo para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pautar o projeto de lei que foi aprovado pela Câmara.

A MP tinha validade até dia 25 de fevereiro, e um projeto alternativo foi criado prevendo as mesmas regras. O texto, no entanto, não foi pautado por Alcolumbre, e dessa forma, o chamado “Redata” corre risco de não parar em pé, já que o programa prevê incentivos apenas neste ano.

As entidades também pedem a aprovação de projeto de lei complementar apresentado pelo governo em março que dá solução jurídica para desenterrar o programa. O texto resolve impasse sobre a concessão de incentivos em meio a um ano eleitoral, em que é proibido esse tipo de medida. A proposição argumenta que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano já previa uma renúncia de R\$ 5,2 bilhões para o Redata.

“Estamos diante de uma janela de oportunidade única em um contexto de intensa competição global por investimentos em infraestrutura digital. Sem as políticas públicas necessárias, o país já começa a perder projetos para outras jurisdições, inclusive na América Latina”, diz o manifesto.

Segundo representantes do setor, estão previstos de R\$ 60 bilhões a R\$ 100 bilhões em novos investimentos em data centers no Brasil nos próximos quatro anos. No entanto, o texto aponta que o cenário de incerteza atual, impõe risco de perda de competitividade e desses recursos.

“Diante desse cenário, dirigimos, respeitosamente, um apelo especial ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, para que lidere o processo de deliberação do REDATA com a prioridade e urgência que o tema exige”

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 12/05/2026

PETROBRAS E GOVERNO PREPARAM PROGRAMA PARA AMENIZAR ALTA DA GASOLINA, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL

Magda Chambriard destacou parceria entre a empresa e o governo para 'apresentar à sociedade produtos acessíveis ao bolso do brasileiro'

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



Magda Chambriard, presidente da Petrobras, participa da apresentação de resultados do primeiro trimestre de 2026 — Foto: Reprodução

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse, durante teleconferência de resultados com analistas, que a estatal e o governo estão trabalhando em uma iniciativa conjunta para amenizar os efeitos do aumento do preços da gasolina no Brasil. Nos últimos meses, foram criados programas de subvenção para o diesel, gás de botijão (GLP), além de um programa de

financiamento para o querosene de aviação (QAV).

A gasolina foi o principal item que impactou a inflação em abril, segundo dados divulgados pelo IBGE nesta terça-feira. E Magda admitiu que vai elevar o preço do combustível já já.

— Estamos trabalhando na questão da gasolina e, em breve, os senhores vão ter também boas notícias em relação à nossa gasolina disse Magda.

A presidente da estatal lembrou ainda que até agora a subvenção do diesel gerou bons resultados para a Petrobras:

— Estamos tendo excelentes resultados em termos de comercialização de petróleo cru para o exterior. E também estamos trabalhando muito junto com o governo brasileiro em termos de subvenção para as vendas dos nossos derivados no mercado nacional. No mês de março até meados do mês de abril, o nosso diesel, que chegou com R\$ 0,02 centavos por litro de aumento para o consumidor brasileiro, teve uma subvenção que representou para nós um aumento do preço do diesel em cerca de, em um mês, 46%.



'Produtos acessíveis ao bolso do brasileiro', diz Magda

Segundo Magda, esses resultados ainda não estão completamente expressos no resultado do primeiro trimestre, mas eles surgirão nos resultados do segundo trimestre, garantiu a executiva. Ela destacou ainda a parceria da Petrobras com o governo.

-- Como não transferimos as mudanças abruptas de preço ao consumidor, para que esses preços altos da guerra não cheguem ao mercado brasileiro, nós temos tido, vamos dizer assim, olhando a parceria com o governo federal, com excelentes olhos. Afinal de contas, o governo federal zela pela capacidade da Petrobras de se manter estável em cenários difíceis e também com a capacidade da Petrobras de apresentar à sociedade produtos acessíveis ao bolso do brasileiro. Esse mercado é nosso, o mercado do Brasil é nosso, nós zelamos pelo nosso mercado, fazemos dinheiro com o nosso mercado.

Entenda o resultado

Ontem, a estatal anunciou lucro líquido de R\$ 32,6 bilhões no primeiro trimestre deste ano, uma queda de 7,2% menor que os R\$ 35,2 bilhões obtidos entre janeiro e março do ano passado. A estatal informou ainda dividendos de R\$ 9,03 bilhões.

Em relação ao quarto trimestre do ano passado, houve alta de 109,9%, quando o ganho foi de R\$ 15,5 bilhões. Em dólar, o lucro líquido da estatal teve alta de 3,8%, passando de US\$ 5,97 bilhões, no primeiro trimestre de 2025, para US\$ 6,19 bilhões, de janeiro a março deste ano.

Embora a empresa tenha registrado alta de 16% na produção de petróleo, o resultado refletiu apenas parte dos efeitos do conflito no Oriente Médio, quando os Estados Unidos iniciaram ataques militares no Irã, em 28 de fevereiro, fazendo a cotação do petróleo disparar. Assim, o resultado da Petrobras foi influenciado pelo aumento do preço do barril, que subiu de US\$ 75,66, na média do primeiro trimestre do ano passado, para US\$ 80,61, no primeiro trimestre deste ano. No fim de 2025, o barril estava a US\$ 63,69.

Pesou ainda negativamente a valorização do real que aumentou os custos da companhia sobretudo na área de exploração e produção. Segundo a estatal, o lucro líquido da companhia refletiu efeitos positivos não recorrentes (chamados de eventos exclusivos) menores com a queda nos ganhos oriundos da variação cambial.

Autossuficiência em diesel em 2030

Magda lembrou ainda, em sua apresentação, que a companhia trabalha para atingir a autossuficiência em diesel no novo plano de negócios, que deve ser lançado no fim do ano. Ela já havia mencionado iniciativas nesse sentido.

— Há análises de projetos que têm capacidade de produzir não apenas 85% de diesel até 2030, mas também de superar essas marcas. E provavelmente seremos capazes de entregar um parque de refino para atender 100% da demanda.

No refino, ela afirmou que vem aumentando a oferta de produção de diesel com o projeto de revitalização e ampliação das refinarias. Disse ainda que há aumento da capacidade de processamento das refinarias.

— Com a guerra entre EUA e Irã, já superamos 100% da capacidade de refino, no maior nível desde dezembro de 2014. A Petrobras não gosta de limites. O aumento do processamento é muito importante no cenário de elevação das cotações.

Possibilidades de avanço no México

Magda afirmou ainda que a estatal estuda “novas possibilidades” de negócios no México.

No início de sua fala, ela destacou dados operacionais, como o aumento na produção de petróleo e a maior capacidade de extração das plataformas. Ela lembrou que haverá um aumento de 180 mil barris

por dia na produção somente com a maior capacidade das próximas quatro unidades (FPSOs) previstas, que ainda estão em construção.

— Temos o maior campo de produção de águas profundas do mundo, que é Búzios, com oito plataformas, com a chegada da P-79. Hoje, produz mais de um milhão de barris por dia. Em breve, vai chegar a 1,5 milhão de barris por dia. Temos ainda o Campo de Tupi, que também produz um milhão de barris — destacou Magda.

Avanço de projetos no Nordeste

No Nordeste, ela lembrou que, com o aumento do preço do petróleo, acelerou-se a possibilidade de financiamento do projeto Sergipe Águas Profundas. Com a elevação do valor do petróleo, a estatal vai garantir duas unidades (FPSO).

— São dois projetos aprovados que, por enquanto, terão capacidade de produzir 240 mil barris por dia e 22 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Afirmou que vem trabalhando para aumentar a produção de gás natural.

— Vamos ter um gasoduto no Nordeste, no projeto de Sergipe, para entregar 18 milhões de metros cúbicos, o que representa metade da oferta de gás no primeiro trimestre, e contratamos todas as nossas térmicas, que estavam descontratadas no último leilão, gerando mais nove contratos. E isso vai agregar mais R\$ 4,5 bilhões por ano em receita.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2026

FIM DA ESCALA 6X1: MINISTRO DA FAZENDA VAI HOJE A AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DA CÂMARA QUE DISCUTE PEC

Dario Durigan foi convidado para falar ao colegiado sobre impactos econômicos da redução da jornada de trabalho

Por Letícia Pille — Brasília



O ministro da Fazenda, Dario Durigan — Foto: Washington Costa/MF

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, participa nesta terça-feira de audiência pública na comissão especial do fim da escala 6x1 para tratar dos impactos econômicos da proposta de redução da jornada e da escala de trabalho.

Além de Durigan, também foram convidados o técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea), Felipe Vella Pateo; o professor do Instituto de Economia da Unicamp e diretor do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), José Dari Krein; e o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibra/FGV), Fernando Holanda Filho.

A reunião está prevista para iniciar às 16h30 e marca a segunda audiência com comparecimento de um ministro do governo Lula (PT). Antes de Durigan, compareceu, na semana passada, o ministro Luiz Marinho, chefe da pasta do Trabalho e Emprego.

Durigan assumiu o comando do Ministério da Fazenda em março deste ano, após o então ministro Fernando Haddad deixar o cargo para disputar o governo de São Paulo nas eleições deste ano. Antes, ele ocupava a secretaria-executiva da pasta e era considerado um dos principais auxiliares de Haddad na condução da política econômica do governo.

A comissão foi instalada no final de abril e teve seu plano de trabalho aprovado com a previsão de votar o relatório final, construído pelo relator Léo Prates (Republicanos-BA), em 26 de maio.

Na reunião desta terça-feira, também está prevista a análise de uma série de requerimentos apresentados por deputados da comissão especial, incluindo pedidos para realização de audiências públicas e seminários em diferentes estados para discutir os impactos econômicos e sociais da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1.

Os requerimentos também incluem convites a representantes de setores produtivos, entidades empresariais, sindicatos e integrantes do governo federal. Há propostas para debates específicos com representantes da indústria, comércio, construção civil, agronegócio, turismo, hotelaria e saúde suplementar.

Também foram apresentados pedidos para convidar o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Fernando Elias Rosa, além de representantes da Zona Franca de Manaus e de entidades empresariais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/05/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

OFERTA DE AÇÕES DA COPASA PODE FICAR PARA JUNHO POR ENTRAVES NO TCE E DECISÃO DO STF

Expectativa é que IPO movimente R\$ 3 bilhões, com a venda de 15% das ações

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast) e Elisa Calmon (Broadcast)



Reservatório da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) em Teófilo Otoni (MG). Foto: Copasa/Divulgação

A oferta de ações da Copasa, a companhia de saneamento de Minas Gerais, pode ficar para junho, em meio a entraves sobre a privatização da empresa no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) e também a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que quer analisar o caso, atendendo a um pedido do PT e do Psol.

A oferta de ações já era para ter sido lançada no mercado, mas a expectativa agora é que o lançamento só ocorra mais para o final deste mês. Com isso, a definição do valor de venda das ações da estatal mineira ficaria para a primeira quinzena de junho.

A oferta de ações pode movimentar R\$ 3 bilhões, com a venda de 15% das ações da Copasa. Outros 30% serão vendidos a um investidor estratégico, que também poderão comprar os papéis na oferta pública. Com isso, a operação pode movimentar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões no total, de acordo com estimativas do mercado.

Na sexta-feira, terminou o prazo para cadastramento desse investidor estratégico e, segundo fontes, Aegea e Sabesp fizeram o credenciamento. Esse passo é obrigatório, mas quem se credenciou não precisa necessariamente fazer proposta para aquisição. Nesta segunda-feira, a diretora-presidente da

Copasa, Marília Carvalho, afirmou que o processo de desestatização da companhia segue o cronograma definido pelo governo de Minas Gerais.

“A Copasa segue contribuindo tecnicamente dentro de suas responsabilidades, observando os fatos públicos divulgados ao mercado e mantendo foco absoluto na continuidade operacional, na governança e na execução do plano de investimentos”, afirmou. Segundo Marília, a companhia tem promovido interações com o TCE-MG.

Acordo e Adesão

A Corte deu aval para a continuidade do processo, mas ainda não emitiu decisão final para autorizar a operação e quer ser comunicada de cada passo. No Supremo, o ministro Luiz Fux, determinou na semana passada a adoção do “rito abreviado” na ação do PT e Psol que questiona a emenda aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais no final de 2025 para a privatização da Copasa e que dispensou a validação por um referendo popular.

O caso irá ao plenário do STF para julgamento do mérito. Os dois partidos pediram no final de 2025 a suspensão da privatização pela falta do referendo, o que vai contra a constituição mineira. Outro ponto que ainda precisa ser costurado são os contratos com os municípios mineiros. A Copasa já anunciou o acordo com a capital Belo Horizonte, que representa mais de 30% da receita da companhia.

No entanto, o mercado monitora a adesão das demais cidades. Até 17 de abril, pelo menos 265 municípios já haviam iniciado tratativas e recebido a minuta do contrato padrão, segundo a Associação Mineira dos Municípios (AMM). Ou seja, ainda faltava mais da metade. Segundo a presidente da Copasa, os municípios mineiros têm até 23 de junho para aderir às unidades regionais de saneamento. A regionalização é considerada um ponto estratégico da privatização, assim como ocorreu com a Sabesp em São Paulo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/05/2026

BNDES TEM AJUDADO A EVITAR RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS ESTRATÉGICAS, DIZ MERCADANTE

Ele também afirmou que Braskem passou por um amplo ‘saneamento’, com mudança na governança, e que mercado ‘soube reconhecer mudanças’

Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Altamiro Silva Junior (Broadcast)

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloisio Mercadante, afirmou que o banco de fomento está trabalhando fortemente para evitar as recuperações judiciais de empresas. Ele citou que o BNDES tem trabalhado nesse sentido, para encontrar soluções. “Vamos olhar com atenção”, disse.



Mercadante acrescentou, no entanto, que não poderia comentar sobre companhias abertas. “Temos que nos dedicar a encontrar boas soluções. Só não vou comentar outros casos, porque comentar sobre empresas de capital aberto não seria prudente”, disse.

“Mas vamos olhar para isso com muita atenção, mesmo quando a participação do BNDES é pequena”, acrescentou.

O presidente do BNDES, Aloisio Mercadante Foto: Wilton Junior/Estadão



Mercadante disse que foi feito um amplo saneamento na Braskem, com mudança na governança. “O mercado soube reconhecer essas mudanças”, disse, ressaltando que nesta terça-feira a ação tem forte alta, de mais de 21%.

Ele destacou que foi feita uma verdadeira mudança na empresa, incluindo a entrada da gestora IG4, que vai fazer um trabalho de reestruturação. “Nós trabalhamos duramente na Braskem, com os credores, com a Petrobras, incluindo os sócios, para poder encontrar uma solução”, disse.

“Foi duríssima a negociação, mas foi dado um salto muito grande pela situação que a Braskem estava”, disse Mercadante. “Esse é o nosso trabalho, sanear financeiramente e encontrar soluções”, completou.

Nesta terça, o JPMorgan elevou a recomendação para a ação da companhia, neutro para overweight (equivalente à compra), citando entre os fatores a governança fortalecida após a reestruturação.

Inadimplência

O presidente do BNDES disse que a instituição vem em trajetória de “crescimento forte e consistente, com qualidade”, e se aproxima de R\$ 1 trilhão em ativos. Tudo isso, com uma taxa de inadimplência que “de longe é a menor do mercado”.

O indicador de inadimplência, para atrasos acima de 90 dias, fechou o primeiro trimestre em 0,046%, de 0,06% do quarto trimestre de 2025.

A avaliação de Mercadante é que as consultas para pedidos de financiamento vão continuar crescendo. No primeiro trimestre, as consultas, aprovações e desembolsos crescem de 37% a 65% frente ao mesmo período de 2025, ressaltou.

Mercadante ressaltou o financiamento do banco para o Plano Safra e deu destaque aos projetos de inovação. “O Brasil precisa inovar.”

Lucro

O BNDES registrou lucro recorrente de R\$ 3,1 bilhões no primeiro trimestre de 2026, crescimento de 17% sobre o resultado de 2025. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em março, o lucro recorrente foi de R\$ 15,6 bilhões, alta de 22% em relação a 2022 (R\$ 12,5 bilhões).

O diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do banco, Alexandre Abreu, afirmou durante entrevista à imprensa em São Paulo que o anualizado é novamente o maior da história do banco de fomento.

Nos primeiros meses de 2026, os ativos totais se aproximam de R\$ 1 trilhão, atingindo R\$ 995 bilhões, maior valor nominal da história, crescendo mais de 45% desde 2022, e a carteira de crédito alcançou R\$ 678,2 bilhões, alta de 14% em relação a 2025 e maior patamar desde 2016.

O resultado operacional da instituição também manteve a trajetória de crescimento no primeiro trimestre de 2026, com aprovações e desembolsos superando as marcas dos últimos anos. As aprovações de crédito somaram R\$ 45,7 bilhões, aumento de 37% em relação ao primeiro trimestre de 2025 e de 254% sobre 2022.

Os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 36,2 bilhões no trimestre, aumento de 44% em relação ao mesmo período de 2025 e de 145% frente ao primeiro trimestre de 2022, garantindo a continuidade do crescimento da carteira expandida. Destaque para os setores da indústria, com alta de 67% (R\$ 8 bilhões) frente a 2025; infraestrutura, crescimento de 51% (R\$ 13,4 bilhões); e agropecuária, com 40% (R\$ 9,1 bilhões).

No período, as consultas somaram R\$ 84,4 bilhões, crescimento de 65% sobre 2025 e de 490% sobre 2022.



Considerando somente operações para entes públicos, principalmente estados e municípios, entre janeiro de 2023 e março de 2026 foram aprovados R\$ 41 bilhões em novas operações, montante que representa 7,3 vezes as operações realizadas entre 2019 e 2022. Os recursos se destinaram, principalmente, a projetos de impacto social e climático, como mobilidade urbana, infraestrutura logística, adaptação climática e resiliência.

Para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), as aprovações de crédito somaram R\$ 29 bilhões, o que representa um aumento de 120% em relação ao primeiro trimestre de 2025 e de 333% sobre 2022. As garantias prestadas por fundos garantidores em operações realizadas por agentes financeiros alcançaram R\$ 20,8 bilhões, totalizando o volume de R\$ 49,8 bilhões de apoio a tais empresas, aumento de 44% comparado ao primeiro trimestre de 2025 e de 592% a igual período de 2022.

A inadimplência de 0,046% (90 dias) permanece expressivamente inferior à do Sistema Financeiro Nacional (4,33% geral e 0,60% para grandes empresas em março de 2026), evidenciando a solidez da carteira de crédito do BNDES.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 192 bilhões, em 31 de março de 2026, aumento de R\$ 19,7 bilhões frente ao encerramento de 2025 em virtude do lucro líquido (incluindo vendas de ações) de R\$ 3,9 bilhões no trimestre, e do efeito positivo do ajuste a valor de mercado de ativos (principalmente ações e debêntures) de R\$ 15,8 bilhões, líquido de tributos.

Em 31 de março de 2026, o Índice de Basileia atingiu 24,1% (25,2% em dezembro de 2025), mantendo situação confortável em relação ao limite de 10,5% exigido pelo Banco Central. O decréscimo observado em relação ao apurado em dezembro de 2025 reflete o aumento dos ativos ponderados pelo risco, principalmente pela valorização da carteira de ações, em proporção superior ao crescimento do patrimônio de referência, relacionado com as variações do patrimônio líquido mencionadas.

Os financiamentos de créditos, repasses, debêntures e outros ativos de concessão de crédito, que compõem a carteira de crédito expandida, atingiram o montante de R\$ 678 bilhões em 31 de março de 2026 (2,2% acima de dezembro de 2025), influenciado pela apropriação de juros e atualização monetária e pela integralização de debêntures. O montante é R\$ 235 bilhões maior que o primeiro trimestre de 2022.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/05/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

PETRÓLEO FECHA ACIMA DE US\$ 102 COM IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES EUA-IRÃ

O petróleo tipo Brent (a referência mundial) com vencimento em julho teve alta de 3,41% e o WTI (a referência americana) com entrega prevista para junho subiu 4,19%

Por Luana Reis, Valor — São Paulo

Os contratos futuros do petróleo tiveram firme alta nesta terça-feira (12), estendendo os ganhos da véspera, diante do impasse nas negociações de paz no Oriente Médio, enquanto o tráfego de navios no Estreito de Ormuz segue praticamente paralisado. O presidente americano, Donald Trump, rejeitou a mais recente contraproposta do Irã e disse que o cessar-fogo entre ambos os países está "por um fio".

No fechamento, o petróleo tipo Brent (referência mundial) com vencimento em julho teve alta de 3,41%, cotado a US\$ 107,77 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI (referência americana) com entrega prevista para junho subiu 4,19%, a US\$ 102,18 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex).



Instalações de extração de petróleo e gás iraniano — Foto: Reprodução/Tehran Raymand

Trump disse que os Estados Unidos aguardam o colapso econômico do Irã como resultado do bloqueio aos portos, acrescentando ter certeza de que pode impedir o regime de obter uma arma nuclear. "Temos um bloqueio, o que faz com que eles não tenham dinheiro, não permite que tenham dinheiro", ele afirmou. "É apenas uma questão de tempo, não precisamos apressar nada."

Nos últimos dias, Trump rejeitou a resposta do Irã à proposta de paz enviada pela Casa Branca e chamou os termos sugeridos de "inaceitáveis", novamente esfriando as negociações. O atual cessar-fogo está em vigor desde o início de abril e tem resistido, apesar de ataques a navios no Estreito de Ormuz e elevadas tensões entre ambos os lados.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 12/05/2026

NORDESTE EM EXPANSÃO: PERNAMBUCO SE CONSOLIDA COMO POLO ESTRATÉGICO PARA INVESTIMENTOS

Infraestrutura logística, localização privilegiada e comércio exterior impulsionam novas oportunidades na região

Por PressWorks — São Paulo



Divulgação — Foto: Divulgação

O Nordeste brasileiro atravessa um momento consistente de expansão econômica, e Pernambuco se consolida como um dos principais polos estratégicos para investimentos na região. A combinação entre localização privilegiada, infraestrutura logística e integração ao comércio exterior tem atraído empresas que buscam eficiência, previsibilidade e competitividade.

O Complexo Industrial Portuário de Suape é um dos principais vetores desse crescimento, fortalecendo Pernambuco como ponto de entrada e saída de mercadorias. Esse movimento se conecta a outros hubs relevantes do Nordeste, como Ceará, com o Porto do Pecém, e Bahia, com o Porto de Salvador, formando um eixo logístico estratégico para operações nacionais e internacionais.

O avanço regional está diretamente relacionado à profissionalização das cadeias logísticas, à digitalização dos processos aduaneiros e à modernização das operações de importação e exportação. Para investidores, o Nordeste representa uma oportunidade concreta de integração aos fluxos globais de comércio, com redução de custos e maior controle operacional.

Com forte atuação no Nordeste, o Grupo Ribeiro & Mundial acompanha esse desenvolvimento de forma próxima, oferecendo soluções em despacho aduaneiro e gestão logística internacional. A empresa atua como parceira estratégica de negócios que escolhem Pernambuco como base de crescimento, garantindo organização, agilidade e segurança em cada etapa da operação.



Saiba mais em: <https://ribeiroemundial.com.br>

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 12/05/2026

REFORMA TRIBUTÁRIA VAI MUDAR COMPETIÇÃO ENTRE ESTADOS

Guerra fiscal impulsionou redistribuição regional da indústria no país, dizem economistas

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

A guerra fiscal, disputa entre Estados para atrair empresas via benefícios fiscais, impulsionou a redistribuição regional da indústria no país, segundo economistas das federações das indústrias dos Estados de Goiás, Santa Catarina e Pernambuco.

Cláudio Henrique Oliveira, economista da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), disse que a guerra fiscal foi “determinante” para o Estado ser o “motor” do setor industrial do Centro-Oeste. “A economia goiana se diversificou e interiorizou, tornando-se a nona maior do país graças à política de incentivos fiscais adotada em 1984, com o programa “Fomentar”, e em 2000, com o “Produzir”, além de obras de infraestrutura e investimentos em formação de mão de obra, disse Oliveira.

No entendimento de Oliveira, Goiás também soube transformar “centralidade territorial em vantagem logística real”. O escoamento de produção, em direção aos portos do Sudeste e ao corredor Norte-Centro-Oeste, é facilitado por essa condição natural. Malha viária, em expansão, e existência de ferrovias também foram citadas como vantagens. O economista lembrou que a reforma tributária acaba, gradualmente, com a guerra fiscal. “O ICMS é a base da política de incentivos fiscais. Com a mudança do modelo tributário, essa política [de incentivos] também deixará de existir”, admite.

Pablo Bittencourt, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), ponderou que a reforma tributária deve ser elemento importante para o adensamento industrial futuro. O fim do efeito cumulativo de impostos pode favorecer o encadeamento produtivo em regiões com mão de obra e infraestrutura competitivas, notou. “E aí Santa Catarina pode se beneficiar”, diz.

No entendimento dele, Santa Catarina tem capacidade interna de prover diversificação industrial, com encadeamento produtivo. Lembrou que, no “boom de commodities” nos anos 2000, a demanda externa por esse tipo de produto impulsionou exportações e isso acelerou a indústria de carnes no Estado. Lembrou que o crescimento de demanda interna por eletrodomésticos impulsionou fábricas nas cidades de Brusque, Jaraguá e Joinville. Essa capacidade interna de diversificação industrial deve prosseguir, disse.

Para Cezar Andrade, economista da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), o ambiente competitivo entre Estados no setor industrial deve mudar de forma estrutural com a reforma tributária. “A partir de 2032, com o fim dos incentivos fiscais regionais, Estados como Pernambuco precisarão competir muito mais por eficiência, logística e produtividade e não apenas por benefícios tributários”, disse. “A infraestrutura passa a ser o principal diferencial competitivo para manter e atrair novos investimentos industriais”, completa.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 12/05/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MARINHA AUTORIZA AUMENTO DE CALADO NO ARCO LAMOSO, NA FOZ DO AMAZONAS

Da Redação Navegação 12/05/2026 - 18:15



A Marinha do Brasil autorizou o aumento do calado operacional no Arco Lamoso, na foz do Rio Amazonas, para 11,85 metros para navios mercantes com cargas comuns e de 11,65 metros para navios-tanque e embarcações transportando cargas perigosas, de 1º de fevereiro a 15 de agosto de cada ano. Nos outros meses, o novo limite é de 11,70 metros para navios mercantes e de 11,50 metros para navios-tanque e embarcações com cargas perigosas.

O Arco Lamoso é a área mais crítica e rasa dentro da Barra Norte, na foz do Rio Amazonas, entre o Pará e o Amapá, se estendendo por cerca de 45 quilômetros. O diretor do Centro de Hidrografia e Navegação do Norte (CHN-4), capitão de fragata Anselmo Vinicius de Souza, explicou que na região há grande dinâmica hidrológica, influenciada pela interação entre massas d'água e, além disso, ela é caracterizada por períodos de cheia e de seca dos rios, de acordo com o regime de chuvas.

A autoridade marítima explicou que, com os novos calados autorizados, será possível a passagem de embarcações com maior porte e maior carga, reduzindo restrições operacionais e aumentando a eficiência logística. Segundo a Marinha, as ações contínuas de levantamento hidrográfico e de atualização cartográfica são essenciais para garantir rotas seguras.

O Arco Lamoso faz parte de corredor logístico usado principalmente para escoamento de commodities oriundas da região Norte e do Centro-Oeste brasileiro com destino a portos do Arco Norte. De acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), os terminais da região registraram o maior crescimento percentual do Brasil em 2025, de cerca de 10,4%, chegando 163,3 milhões de toneladas movimentadas.

O Serviço de Sinalização Náutica e da Atividade de Hidrografia da Marinha informou que faz na região operações frequentes, incluindo levantamentos hidrográficos e produção e atualização de cartas náuticas, além da divulgação de informações consideradas essenciais aos navegantes. No caso do Arco Lamoso, para aumento do calado operacional permitido, foram feitos o monitoramento das condições do leito do rio, a análise da dinâmica sedimentar e a atualização dos parâmetros de navegação e avaliados cerca de 110 quilômetros quadrados na área da Barra Norte.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/05/2026

DECISÃO SOBRE CONTRATO TRANSITÓRIO FORTALECE ESTABILIDADE REGULATÓRIA, DIZ POMINI

Por Danilo Oliveira Portos e Logística 11/05/2026 - 22:47



TCU determinou que Antaq promova, no prazo de 15 dias, retificação dos atos restritivos anteriormente editados, permitindo que arrendatária opere integralmente dentro das condições originalmente firmadas

O presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, declarou que a decisão do Tribunal de Contas da União de reativar o contrato transitório com a empresa Reliance Agenciamento e Serviços Portuários ressaltou a importância da segurança jurídica para o desenvolvimento do setor portuário. A avaliação interna é que a decisão do plenário do TCU, publicada em acórdão na última quinta-feira (7), reafirmou que as regras essenciais do processo seletivo e das contratações portuárias não podem ser modificadas

posteriormente de forma unilateral, sob pena de comprometimento da estabilidade regulatória e da confiança legítima dos investidores.

O tribunal decidiu que a restauração das condições originais do contrato garante a imediata retomada da plena viabilidade operacional da área 'SSZ 35.2', evitando a manutenção de um cais estratégico inoperante e assegurando mais eficiência logística ao porto organizado. O terminal fica no Saboó, em uma área que faz parte do futuro terminal de contêineres Tecon 10, e está sob arrendamento transitório.

O contrato estava suspenso desde dezembro de 2025, por determinação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), sob alegação de que o termo não estava cumprindo normas da autarquia, como definição de tipo de carga e o prazo contratual em vista do leilão do Tecon 10, devendo a APS refazer o contrato firmado. Com a decisão mais recente, a arrendatária poderá operar integralmente conforme as condições originalmente previstas no edital e no contrato firmado, incluindo o restabelecimento do perfil multicarga da área e da preferência de atracação anteriormente assegurada.

Para a APS, o julgamento da Corte de Contas fortalece o ambiente de segurança jurídica, favorecendo a atração de novos investimentos privados em projetos estruturantes do porto, inclusive futuros empreendimentos de grande relevância, como o Tecon Santos 10. "O acórdão restabelece a justiça aos termos originalmente previstos no edital, encerra um debate que se arrastava há mais de um ano e meio e permite a utilização eficiente de uma área estratégica que permanecia inoperante, gerando perda de arrecadação e evasão de cargas para outros locais", destacou Pomini, em nota.

O TCU determinou que a Antaq promova, no prazo de 15 dias, a retificação dos atos restritivos anteriormente editados. Para a APS, o entendimento firmado pelo tribunal reforça que alterações unilaterais supervenientes, após a conclusão definitiva do processo seletivo, comprometem a segurança jurídica, a isonomia entre licitantes e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

No acórdão, o TCU recomendou que a Antaq aprimore a redação da resolução 127/2025, deixando transparente os prazos limites de submissão dos processos de exploração de áreas e instalações portuárias delimitadas pela poligonal do porto pela autoridade portuária antes da publicação do edital, assim como os prazos máximos para a análise da correção das diretrizes de contratação pela agência reguladora.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/05/2026

MARINHA FAZ MONITORAMENTO RADIOLÓGICO NA BAÍA DE GUANABARA DURANTE VISITA DO PORTA-AVIÕES DOS EUA

Da Redação Indústria naval 11/05/2026 - 22:13



A passagem do porta-aviões USS Nimitz, dos Estados Unidos, pela Baía de Guanabara (RJ) mobilizou uma operação coordenada de monitoramento radiológico acompanhada pela Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade da Marinha do Brasil, órgão responsável pela regulação e fiscalização nuclear naval no país. A avaliação da SecNSNQ é que a ação reforçou os protocolos adotados para garantir a segurança nuclear, a proteção radiológica e a preservação ambiental durante a permanência de meios navais com propulsão nuclear em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).

As atividades envolveram medições de taxa de dose no ar, além da coleta de amostras ambientais tanto da água quanto do solo no fundo do mar. O processo de acompanhamento começa antes do fundeio do navio e vai prosseguir um dia após a saída da embarcação do local.

Segundo a Marinha, o trabalho foi realizado de forma integrada entre o 2º Batalhão de Proteção e Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (2ºBtlProtDefNBQR), do Corpo de Fuzileiros Navais e responsável pela coleta; e o Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), responsável pela análise laboratorial das amostras.

Para o Chefe do Departamento de Radioproteção da Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade, o capitão de corveta Marcos William Magalhães Leiras de Carvalho, as atividades realizadas de monitoramento cumpriram os protocolos estabelecidos pelo seu órgão. “Esse conjunto de coletas é importante para garantir que estamos em um ambiente seguro com o propósito de proteger a população, o meio ambiente e o patrimônio contra os efeitos indesejados da radiação ionizante”, avaliou Carvalho, que é engenheiro naval.

O material coletado na superfície da água e no solo do fundo do mar ainda seguirão para a análise. A Marinha informou que a operação também permitiu demonstrar, na prática, como funciona o sistema brasileiro de controle e fiscalização de embarcações com reator nuclear embarcado. Segundo a autoridade marítima, essa iniciativa evidencia a atuação coordenada entre instituições militares e civis em um tema considerado estratégico para a defesa nacional, a ciência e a proteção ambiental.

A força naval brasileira destacou ainda que a visita do USS “Nimitz” também reforçou a capacidade operacional de resposta e acompanhamento técnico do Brasil em eventos envolvendo meios de propulsão nuclear, demonstrando o preparo das instituições nacionais para atuar em cenários de elevada complexidade tecnológica.

Com informações da Agência Marinha de Notícias

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 11/05/2026

REGULAMENTAÇÃO DO RENAVAL TEM PONTOS DE ATENÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 11/05/2026 - 21:43



Advogada sugere cautela para evitar burocracia, por exemplo, no processo de habilitação e dificuldades em eventuais atualizações e mudanças de escopo, sobretudo na construção de embarcações

A regulamentação da Contribuição e do Imposto sobre Bens e Serviços (CBS/IBS), publicada em normativos distintos no final de abril, prevêem as condições para a suspensão desses novos tributos no Regime Tributário para Incentivo à Atividade Econômica Naval (Renaval). Conforme a Reforma Tributária, a CBS e o IBS substituirão outros recolhimentos gradativamente nos próximos anos. Um dos artigos das novas regras versa sobre a habilitação dos beneficiários do Renaval, com os requisitos sobre as atividades exercidas por eles, como construção, conservação, modernização e reparo de embarcações.

Os normativos que consolidam a regulamentação da CBS (Decreto 12.955/2026) e do IBS (Resolução CGIBS 6/2026), publicados no último dia 30 de abril, dispõem sobre o Renaval, de forma similar à CBS e ao IBS. Na mesma data, foi editada uma portaria conjunta do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS (MF/CGIBS 7/2026), que reconhece as disposições comuns ao IBS e à CBS àquelas constantes em cada regulamento.

Em relação ao Renaval, a regulamentação do decreto e da resolução reforça os dispositivos da Reforma Tributária (LC 214/2025), que tratam da suspensão da CBS e IBS e suas condições e responsabilidade, e traz novas disposições. A LC 214/2025 qualifica como beneficiário do Renaval os contribuintes regulares do IBS e da CBS que exercem, principalmente, as atividades de construção, conservação, modernização e reparo de embarcações, delegando a sua definição à regulamentação.



A advogada Patrícia Azevedo destacou à Portos e Navios que o decreto 12.955/2026 e a resolução CGIBS 6/2026 definiram como critério para o 'exercício precípua' dessas atividades que a empresa tenha receita bruta com elas, no ano calendário imediatamente anterior, igual ou superior a 50% à sua receita bruta total de venda de bens e serviços para o mesmo período. Ela salientou que, para cálculo dos percentuais, a pessoa jurídica deve considerar a receita bruta de todos os seus estabelecimentos, e considerar os valores excluindo os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

“Este é um ponto de atenção para empresas que tenham na mesma pessoa jurídica a atividade de construção naval e outras atividades, com eventual necessidade de reorganização das atividades da empresa para segregação das atividades de construção naval em uma empresa autônoma”, frisou a advogada, que atua no escritório do Kincaid Mendes Vianna.

Patrícia acrescentou que a regulamentação determinou que a classificação fiscal dos bens a serem adquiridos ou importados ao abrigo do Renaval devem ser informados por ocasião do procedimento de habilitação no regime. “Esse ponto é importante porque cria uma burocracia relevante no processo de habilitação e dificulta eventuais atualizações e mudanças de escopo, em especial na construção de embarcações”, explicou. Ela lembrou que, hoje, essa obrigação não existe para o regime de Drawback e do Pré-REB.

A regulamentação determinou que as importações devem ser realizadas diretamente pelas empresas beneficiárias do Renaval — o estaleiro, por exemplo — para seu uso exclusivo. Segundo a advogada, não há possibilidade de importação ou aquisição pelo adquirente da embarcação com o uso do regime. Patrícia ressaltou que, nas construções navais, não é incomum que fornecedores estratégicos sejam contratados diretamente pelo encomendante da embarcação como medida de mitigação de riscos de eventual inadimplência do estaleiro.

A nova regulamentação traz condições para habilitação prévia ao regime, mas delega os procedimentos para futuro ato conjunto da Receita Federal (RFB) e do comitê gestor do IBS. A regulamentação prevê a necessidade de habilitação prévia ao regime, válida por três anos, com possibilidade de prorrogação, desde que fundamentada.

Patrícia acredita que esse prazo é muito justo, se comparado com o tempo real demandado para a construção ou modernização de embarcações. Ela comparou que, na legislação do Drawback Embarcação, esse prazo é de sete anos. Além disso, a nova regulamentação traz exigências de 'Domicílio Tributário Eletrônico', regularidade de cadastro e comprovação de regularidade fiscal para uso do Renaval.

A advogada avalia ainda que o Renaval não tem a mesma extensão do Pré-REB e não desonera as partes e peças para a manutenção das embarcações registradas realizada pelas empresas proprietárias das embarcações durante a sua operação. Ela observa que a regulamentação não trouxe o critério do uso dos benefícios para as sobras de insumos — como matérias-primas, produtos intermediários, partes, peças e componentes — para utilização na construção, conservação, modernização e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB.

“O estaleiro não adquire o valor exato dos insumos e, a meu ver, a legislação deveria prever um percentual máximo para as sobras sem que haja penalidade para descumprimento do regime. Hoje, essas disposições existem para fins de IPI somente”, comentou Patrícia. “A regulamentação do IBS também não trouxe dispositivo tratando do período de transição entre o ICMS e o IBS e a coexistência com os benefícios fiscais do ICMS previstos na legislação atual”, acrescentou.

Como é hoje

Atualmente, as construções navais são realizadas com a combinação dos benefícios do Drawback/Drawback Embarcação e do Pré-REB. No primeiro caso, conforme aplicável, a depender do destino final da embarcação no exterior ou no Brasil, respectivamente. O Drawback/Drawback Embarcação equipara a operação de venda à exportação, isentando os tributos federais (II e IPI)



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 077/2026
Página 65 de 65
Data: 12/05/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

incidentes, bem como os tributos federais (II e IPI) na importação e aquisições locais dos insumos. Existe a possibilidade também de desoneração do ICMS a ser confirmada conforme o caso concreto.

O Pré-REB complementa o Drawback/Drawback Embarcação desonerando a aplicação do PIS e COFINS na importação e aquisição local de insumos. “Os benefícios do PIS e Cofins no Pré-REB não foram recepcionados pela Reforma Tributária e, com a extinção do PIS e Cofins em 2027, eles deixam de ser aplicáveis”, verificou Patrícia.

O Renaval, introduzido no processo de aprovação da Lei Complementar 124/2025, é concedido exclusivamente a empresas com exercício ‘precípua’ das atividades de construção, conservação, modernização e reparo de embarcações, desde que cumpridos os requisitos e condições previstos em lei.

Um dos casos previstos é a suspensão de IBS/CBS no fornecimento de embarcações registradas ou pré-registradas no REB (Registro Especial Brasileiro) para incorporação no ativo imobilizado do adquirente sujeito ao regime regular do IBS e da CBS. Essa hipótese poderá ser adotada com conversão em alíquota zero após 12 meses da permanência do bem no ativo imobilizado da empresa.

Outra hipótese é a suspensão de IBS/CBS nas importações e nas aquisições no mercado interno de máquinas, equipamentos e veículos destinados a utilização construção, conservação, modernização e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB. Neste caso, a regulamentação prevê a conversão em alíquota zero após cinco anos de permanência do bem no ativo imobilizado do estaleiro.

A suspensão de IBS/CBS também poderá ocorrer nas importações e nas aquisições no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários, partes, peças e componentes para utilização na construção, conservação, modernização e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB — com conversão em alíquota zero com a incorporação ou consumo do bem nas atividades de construção, conservação, modernização e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/05/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 12/05/2026